

Programa de governo

“Construindo a São Gonçalo do Futuro”

Federação PSOL/REDE

PROF. JOSEMAR (PSOL) - Prefeito

PROF. CAPILÉ (REDE) - Vice

31 de Julho de 2024

Expediente

Coordenação política: Josemar Pinheiro de Carvalho & Zeneide Nazaré de Lima Santos

Coordenação de programa: Juliano Niklevicz Teixeira

Comissão geral do programa: Cínthya Di Paula Ramos da Silva, Hélio Hernani Capilé, Sara Isa Leandro da Silva, Rosimeire de Souza, Maximiliano Paulo Cardoso Gomes, Mirle de Menezes Vieira, Sidney Vicente de Andrade Valle, Helder Lourenço de Amorim, Charles Gama de Figueiredo, Lincoln Cosenza Bittencourt de Souza, Alex Siqueira Serpa, Jeferson Lucas do Nascimento Roza, Jefferson Carlos Soares Peixoto Machado, Sérgio Oliveira da Silva, Coletivo Casulo, Tânia Correia da Silva, Eduardo de Sousa Braga, Rômulo Rodrigues, Joyce Gravano, Carlos Daniel Aguiar Rial, Ewerton Luiz de Souza Santos, Maicon Anderson Duarte Souza, Carlos Henrique da Rocha Vianna, Alexandre de Aragão Lopes, José Manuel Faria, Erivelton Alan Lopes.

Diagramação: Leandro Porciúncula Monaco Florido Longo

Revisão: Juliano Niklevicz Teixeira

Sumário

Apresentação:	4
Breve histórico e conjuntura de São Gonçalo	5
Propostas para “Construir a São Gonçalo do Futuro”	10
Por uma educação emancipadora	10
Gestão social e democrática	15
Propostas para segurança pública	19
A juventude é o Futuro!	23
Meio ambiente e desenvolvimento urbano	26
Transporte e mobilidade urbana como direito à cidade.....	30
Valorização do servidor público.....	37
Assistência social humanizada e valorizada	40
Política urbana e moradia popular	43
Por uma cidade antirracista e em defesa dos direitos humanos.....	45
Saúde não é mercadoria	49
Cultura, esporte e lazer	53
Em defesa e pela proteção dos animais	57
Por uma cidade das mulheres	60
Turismo.....	64
Trabalho, Emprego e Renda	68

Apresentação:

É possível construir a São Gonçalo do Futuro! Uma cidade de todos, moderna, socialmente justa e radicalmente democrática! Uma cidade que use a tecnologia a favor do bem-estar da população, ocupe seus territórios com cultura e lazer, trabalho e renda! São Gonçalo pode ser uma cidade boa de se viver, com qualidade nos seus serviços e que atenda plenamente às necessidades da população. Pode oferecer uma vida próspera! Nós acreditamos e já estamos lutando há muito tempo para concretizar essa ideia!

Precisamos construir uma São Gonçalo com escola de tempo integral, creches públicas nas comunidades e nos bairros mais pobres, saúde pública de qualidade e sem filas, transporte gratuito, de qualidade e climatizado que atenda toda a cidade, segurança para ir e vir, com iluminação pública e servidores valorizados. Querem nos convencer de que isso é impossível. Mas nós sabemos como fazer e, se tivermos a oportunidade, vamos fazer!

Somos uma cidade de trabalhadores, de gente que acorda cedo e vai pra batalha, trabalha dia a dia para ter dignidade e sonha com dias melhores. **Nós queremos construir a São Gonçalo do futuro para que o poder esteja nas mãos destes trabalhadores.** Mas essa é uma tarefa que deve ser coletiva, com um grande movimento que envolva servidores, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, movimentos sociais, ongs, lideranças populares, rodas culturais e o conjunto de toda sociedade gonçalense. Vamos precisar da participação de cada pessoa que ama verdadeiramente essa cidade, que acredita no seu potencial e que acredita que as coisas podem melhorar. Não vamos deixar que nossa cidade se renda ao autoritarismo da extrema direita bolsonarista que governa a nossa cidade, e nem deixar que a velha política retorne pelas mãos do falso discurso de esquerda. Queremos a mudança. E o futuro está nas nossas mãos, do povo trabalhador gonçalense! Por isso escolhemos o nome “Construir a São Gonçalo do Futuro”.

Não nos alinhamos com João Bravo (1992) e Charles (2000), nem com Maria Aparecida Panisset (2004 e 2008), Néilton Mulin (2012), José Luiz Nanci (2016) e, muito menos, com o bolsonarista Capitão Nelson (2020). Para nós, a prefeitura atual e todos estes que estiveram na gestão da cidade representam uma política voltada para a elite, contra o povo, que não

corresponde aos anseios de uma vida digna para toda a população gonçalense, e reproduzem uma lógica neoliberal e conservadora. Muitos destes políticos, inclusive, tentam se colocar como diferentes, mas são “farinha do mesmo saco”, como é o caso de Dimas Gadelha, candidato do PT (Partido dos Trabalhadores) nestas eleições de 2024 mas que, em 2018, ajudou a eleger o fascista Jair Bolsonaro para a presidência da república. São Gonçalo não merece o atraso nem a mesmice. Nós do PSOL e da REDE, bem como os lutadores do PCB e da UP que nos apoiam, temos memória e não aceitaremos quem se pretende colocar como novidade mas esconde seus verdadeiros aliados, andando junto com tudo o que há de mais atrasado e que já foi rejeitado na cidade.

Nós conhecemos os problemas reais de São Gonçalo porque moramos, estudamos, trabalhamos e vivemos a cidade no que há de bom e de ruim. Por isso, disputamos o poder e queremos colocá-lo a serviço do povo gonçalense e trabalhador. Este programa expressa essa convicção.

Breve histórico e conjuntura de São Gonçalo

Atualmente somos, segundo o Censo mais recente do IBGE (2022), a 2ª cidade mais populosa do Estado do Rio de Janeiro com 896.744 mil pessoas, e a 18ª do país. Porém, também **somos a cidade que mais perdeu população do país**, entre os municípios com mais de 100 mil habitantes.¹ Isso se deve ao fato de que, ao mesmo tempo em que a cidade cresceu nos últimos anos, os governos que por aqui passaram, marcados pela corrupção e pelo descaso com a população, não conseguiram ampliar a qualidade de vida nem desenvolver um potencial econômico e social próprio no município que pudesse inverter radicalmente a lógica excludente e injusta que estrutura a cidade desde a sua formação. Mas para entender esse processo é necessário voltar no tempo e entender como chegamos até aqui.

¹ Censo IBGE 2022: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>

Neste breve histórico sobre a cidade de São Gonçalo tomaremos como ponto de partida a sua fundação. O seu alcançar a categoria de município está ligado ao processo de proclamação da República.² Tal ponto de reflexão é fundamental para entender que o pacto das elites que originou a proclamação da República também teve pontos de confluência marcantes na formação sócio-histórica-espacial de nossa cidade. A história do processo social e político de São Gonçalo foi marcada por quatro fases distintas: a agrícola, a industrial, o esvaziamento econômico e a metropolização conservadora.³

Em toda a história de São Gonçalo, as práticas de concentração de renda e de propriedade estiveram associadas à dinâmica autoritária e clientelista das elites locais. As origens desse grupo, em nossa cidade, estão relacionadas aos ciclos de expansão econômica, ocorridos entre os anos 1930 e 1940, e posteriormente entre 1960 e 1970.⁴ Importante lembrar que, São Gonçalo já chegou a ter 95 estabelecimentos industriais entre as décadas de 1930 e 1950,⁵ abrangendo uma gama diversa de produção que se justificava entre outros motivos pela abundância de matéria-prima no território e sua planificação dos terrenos. A cidade respondia com recordes de resultados e de empregabilidade nos ramos da laminação (Cia Brasileira de Indústrias Metalúrgicas), cimentos (Cia Nacional de Cimentos Portland), eletroquímica, alimentos, bebidas, borracha, fumo, couros etc., chegando a ser o segundo maior produtor industrial do Estado no final da década de 1940, com a proximidade com a capital sendo um fator de estímulo à atividade industrial gonçalense.⁶

Como se segue:

² A emancipação de São Gonçalo ocorreu em 22 de setembro de 1890, no bojo dos acontecimentos que marcaram década 80/90 do século XIX, onde o fim formal da escravidão em 1888; proclamação da república em 1889; e promulgação da Constituição em 1891 são os principais fatos.

³ Josemar Carvalho – Carta ao PSOL São Gonçalo – dezembro de 2007.

⁴ Para o ano de 1970, o IBGE apontava 424 estabelecimentos industriais na cidade de SG - “Pioneira do progresso fluminense”: o caso da industrialização de São Gonçalo (RJ) no século XX: LESSA. J. L. H; Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3296>, acesso em 22.07.2024.

⁵ Cf. ARAÚJO, V. L. e MELO, H. P. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014 - O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”.

⁶ Idem

Assim, o parque industrial gonçalense, pela sua dimensão, diversificação e produtividade, atiçava sentimentos ufanistas e levou o município a ser chamado de “Manchester Fluminense”.⁷

Capitaneados pelo ex-prefeito Joaquim Lavoura, o antigo Grupo Lavoura manteve a hegemonia política na cidade até a década de 80 do século passado. A relação dos seus membros com a Ditadura Militar ficou expressa na sua vinculação a Aliança Renovadora Nacional,⁸ partido que sustentava o regime. Os movimentos sociais nesta fase atuavam timidamente, tendo nos operários de metalurgia, principalmente no bairro de Neves, a vanguarda da classe.

No final dos anos 1980, em meio à recessão econômica, tivemos o processo de desindustrialização. Iniciou-se assim o processo de esvaziamento econômico.⁹ A construção da Ponte Rio-Niterói em 1975 e do trecho BR-101 (Niterói-Manilha) em 1984 potencializaram ainda mais o adensamento urbano da nossa cidade. A ocupação do solo urbano dos bairros do 2º (Ipíiba) e 3º (Monjolos) estão diretamente ligados a este processo. A cidade explode demograficamente, de 127.276 habitantes em 1940, para 891.119 em 1980.¹⁰

A ascensão das lutas sociais ocorridas durante o processo de redemocratização potencializou a emergência de maneira incipiente de novos atores políticos, o movimento sindical, o movimento estudantil secundarista e as Comunidades Eclesiais de Base fomentadas pela ala vinculada à Teologia da Libertação da Igreja Católica. Como tínhamos um proletariado pouco organizado politicamente, a proposta de Leonel Brizola se tornou expoente, com apelo popular. A marginalização social do período, reflexo do esvaziamento econômico da região, a crise de identidade no pós-guerra fria e ausência de uma força independente, levaram ainda mais ao aprofundamento das relações clientelistas e fisiologistas entre os representantes do poder público e maioria da população. Surgem políticos vinculados à segregação religiosa, que se apropriam do espaço do debate. O crescimento dos adeptos de igrejas fundamentalistas cristãs, notadamente

⁷ Idem

⁸ Arena – Aliança Renovadora Nacional – partido de direita que controlou o país durante a ditadura militar.

⁹ Neste período, para alguns, a cidade ficou conhecida pelo errôneo termo “cidade dormitório”, que não se justifica conceitualmente até mesmo pelo tamanho de São Gonçalo.

¹⁰ Dados sistematizados por Wilson Vasconcelos, apresentados no seu blog Tafulhar.

as pentecostais e neopentecostais, também é um elemento mediador da dinâmica política da cidade que se desenvolve a partir dos anos 1980. O fundamentalismo religioso como fenômeno social está intimamente associado ao processo de urbanização, migração do campo, recomposição e reestruturação do mundo do trabalho, em uma paisagem urbana marcada por permanentes crises.

Certamente, as expressões políticas que dele se desdobram são, em geral, de caráter reacionário. Como possuem incontestável influência eleitoral, são, frequentemente, instrumentalizados pelas elites locais que, muitas vezes, possuem membros entre as suas lideranças. Todavia, é necessário compreendermos os seus aspectos mais contraditórios. Ao mesmo tempo em que disseminam uma visão de mundo altamente conservadora, essas instituições também se constituem como espaços de resistência à desagregação social provocada pela crise econômica, restabelecendo vínculos de pertencimento comunitário e solidariedade social.

Esta realidade econômica e urbana se modificou, sobretudo, a partir dos anos 70 e 80, devido a alguns fatores: uma política federal e estadual de levar as indústrias para o interior do Estado; a não renovação das isenções fiscais no município; a construção da ponte Rio-Niterói e da BR-101, que facilitou e acelerou o transporte para outras regiões; e o convencimento por parte dos grupos políticos locais, estaduais e federais, de que outros territórios trariam mais vantagens para o investidor. Desse contexto, o processo de pauperização da população nas margens da rodovia e de “desaglomeração” foram se tornando o pano de fundo de uma profunda crise social, ambiental e econômica na cidade que, de certa forma, deixam suas marcas até hoje.

Entender o contexto de formação social e econômica da cidade de São Gonçalo é fundamental para pensarmos os dias atuais, entendendo como chegamos até aqui. Como dissemos no início deste documento, São Gonçalo passa por um processo de perda populacional causado em grande parte por não oferecer aos seus cidadãos condições de vida dignas, seguras, com emprego e renda, educação de qualidade e acesso à direitos básicos. Precisamos mudar esta situação!

Atualmente a cidade de São Gonçalo mantém uma baixíssima qualidade nos serviços públicos, principalmente na saúde, educação, mobilidade urbana, segurança e saneamento básico. As

recentes e constantes enchentes, que desalojam milhares de pessoas, confirmam esse fato. É um quadro drástico que vem se agravando nos últimos anos, sendo gerado tanto pelo resultado de gestões desastrosas e marcadas pela incompetência e pela corrupção, quanto também pela ausência total de um projeto de desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural que combata o neoliberalismo, os interesses espúrios da burguesia, e que desenvolva um programa popular de baixo para cima, onde as potencialidades locais sejam exploradas, ampliando nossa capacidade de gerar emprego, renda e riqueza, combatendo a violência com inteligência, realizando uma gestão pública democrática e participativa que de cabo a tarefa de democratizar o direito à cidade e às políticas públicas de um modo geral.

De maioria negra (67.72% de pretos e pardos)¹¹ e de caráter periférico dentro de uma região metropolitana, nossa São Gonçalo sofreu ao longo dos últimos anos com um revezamento de governos reacionários e neoliberais, mais recentemente com alinhamento à ideologia extremista e bolsonarista. Tais governos “prometem, prometem, prometem” e não cumprem, esmagando a qualidade de vida do povo e suas esperanças no futuro. Faltam empregos na cidade, temos apenas 15,26% de trabalhadores formais e, dentre estes, a média salarial é de 1,9 salários mínimos, o que nos coloca no 81º lugar no Estado do Rio de Janeiro, que tem 92 municípios.¹² Isso é uma catástrofe econômica e prova a incompetência dos que governaram até então. Tal média salarial, aliás, vem baixando com o passar do tempo. Por isso, é urgente a criação de empregos a partir de um plano de reindustrialização que garanta renda, estabilidade, combate ao subemprego, plano de cargos e salários, concursos públicos, e a revitalização de áreas estratégicas da nossa economia como, por exemplo, explorando o potencial turístico da cidade. A ausência de uma educação de qualidade que valorize seus profissionais, qualifique a oferta de escolas climatizadas e equipadas, e amplie as unidades de creches públicas e de educação infantil para as mães educarem seus filhos é outro problema grave que precisamos enfrentar.

¹¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/pesquisa/10102/122229>
¹² Idem

Propostas para “Construir a São Gonçalo do Futuro”

É por isso que nós apresentamos aqui o programa **“Construindo a São Gonçalo do Futuro”**, um conjunto de propostas que foi elaborado por mãos de pesquisadores, técnicos, movimentos sociais, militantes políticos, especialistas e principalmente por pessoas comuns que vivem a realidade e o dia-a-dia de São Gonçalo, e por isso conhecem seus problemas mais concretos. Estamos diante de um Plano de Governo completamente diferente daqueles que estiveram comandando a cidade nos últimos anos. Apresentamos 20 eixos programáticos iniciais para transformar São Gonçalo de verdade, utilizando-se do que há de mais avançado no debate sobre direito à cidade e políticas públicas de qualidade.

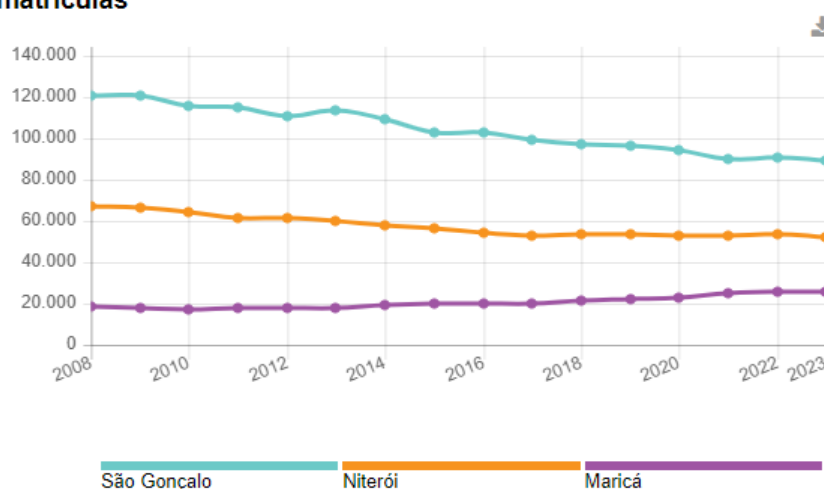
Por uma educação emancipadora

A educação é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade justa e livre, com igualdade de oportunidades. Atualmente, os dados revelam que a educação não é uma prioridade para o poder público e essa realidade precisa mudar. A situação da educação municipal é dramática, o que fica demonstrado pelo último IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), no qual São Gonçalo ocupa a 72ª posição dos 92 municípios do Estado. O número de estudantes matriculados no ensino fundamental vem caindo, ano após ano, como mostram os dados do gráfico abaixo produzidos pelo INEP, que compara os municípios de São Gonçalo, Niterói e Maricá.¹³

¹³ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 28.05.2024

Ensino básico / Matrículas / **Ensino fundamental** (Unidade: matrículas)

matrículas



Isso significa que apesar do crescimento populacional há uma diminuição de estudantes dentro da escola, o que abre espaço para o aumento da violência e da marginalização. Precisamos de investimentos destinados à melhoria das condições de trabalho e valorização dos profissionais de educação, combinada com políticas públicas voltadas para gerar condições objetivas de desenvolvimento e permanência dos estudantes nas escolas.

Na Educação Básica, ressaltamos a Educação Infantil no município de São Gonçalo, que deveria ser prioridade, mas que tem sido desprezada, pois os prefeitos passados e o atual se alinham nessa atitude de desprezo aos investimentos necessários para que a cidade tenha uma rede educacional com todas as crianças matriculadas nas escolas e tendo uma educação pública de excelente qualidade.

Diante dessa constante atitude de desprezo, segue a rede municipal de educação da cidade deixando muitos bairros com falta de unidades escolares; sem uma rede municipal de creches; escolas mal equipadas e clamando pelo aumento do número de salas de aula, construção de laboratórios, de instalações sanitárias, de refeitórios, de espaços para as práticas dos esportes e das atividades culturais, devidamente adequados para suas devidas finalidades, ou seja, a Educação Pública ofertada pela prefeitura de São Gonçalo é um exemplo de Educação

Precarizada. Um exemplo de mau uso das verbas públicas destinadas ao financiamento da educação e valorização dos seus profissionais.

O ataque aos direitos dos professores e servidores é uma constante do governo atual do Capitão Nelson e também dos seus antecessores. A destruição do Plano de Cargos e Salários da Educação é uma vergonha para a cidade. Deveríamos estar entre as cidades que mais valorizam a educação básica. Mas a gestão atual demonstra que não quer profissionais valorizados, que não debate com a categoria, e por isso, não conhece a realidade do chão da escola.

O quadro atual da Rede Municipal de Educação de São Gonçalo requer urgente mudança no que se refere ao empenho e compromisso do poder público e dos setores organizados da sociedade civil, com a luta em defesa ao direito do povo pobre e trabalhador de ter uma Educação Pública inteiramente gratuita, de qualidade, democrática em sua gestão e na construção das condições necessárias para que os estudantes tenham as garantias de acesso e permanência assegurados.

O aprisionamento que tem tirado o direito social a uma Educação com potencial de criação para a maior parte de nossa população, isto é, os indivíduos que compõem, na sociedade, o conjunto da força de trabalho que a produção e reprodução social capitalista tem explorado, para garantir a acumulação de riquezas e os privilégios sociais nas mãos de uma minoria burguesa.

Nossa candidatura pensa a educação comprometida com a perspectiva de superação da sociedade capitalista. Neste sentido, estaremos trabalhando pela difusão, às novas gerações, dos conhecimentos mais desenvolvidos nos campos das ciências, das artes e da filosofia, numa perspectiva não ancorada na visão de mundo eurocêntrica, patriarcal, racista, sexista, fundamentalista, criando, portanto, as bases, na consciência dos indivíduos, para que sua visão de mundo avance em direção às lutas em defesa de uma sociedade justa, fraterna, igualitária, radicalmente democrática e ecologicamente integrada a Natureza.

Para avançarmos no sentido da concretização desses objetivos, a candidatura do Prof. Josemar à prefeitura da cidade de São Gonçalo apresenta como propostas:

- *Ampliação e reforma da rede de ensino básico municipal;*
- *Climatização de todas as escolas e creches;*
- *Implantação de uma política voltada para a construção de Centros de Educação Infantil de horário integral em todos os bairros/regiões, incorporando na gestão municipal direta as creches conveniadas;*
- *Desenvolver ações de busca ativa escolar para garantir e assegurar a matrícula de todas as crianças nas unidades escolares, revertendo a lógica da desescolarização;*
- *Implantar a Escola de Tempo Integral, priorizando os territórios de grande vulnerabilidade social;*
- *Valorização dos profissionais da educação, com garantia do pagamento do piso nacional da educação do magistério no salário base;*
- *Revogação imediata do Plano de Cargos e Salários apresentado de forma autoritária em 2021 pelo governo do Capitão Nelson que retirou direitos dos professores e funcionários administrativos;*
- *Implementar 1/3 de planejamento na carga horária dos docentes;*
- *Assegurar o direito à formação continuada para todos os profissionais da educação, com pensamento crítico e ênfase nas novas tecnologias;*
- *Implantar e assegurar a Gestão Democrática das Unidades Escolares da Rede Municipal (Eleição de diretores, transparência na constituição dos Conselhos Escolares e Conselhos da Educação);*
- *Garantir uma merenda escolar de qualidade em parceria com os núcleos da agricultura familiar da região;*
- *Criar o Programa de alfabetização municipal que enfrente a questão da defasagem escolar e da distorção série x idade, ampliando em parceria com o Estado a oferta de EJA;*

- *Estabelecer relações de trabalho que viabilizem o cumprimento das metas e estratégias do PNE e PME;*
- *Manter constante e ampla a discussão com os segmentos da sociedade civil que participam das lutas em defesa da Educação Pública;*
- *Combater o processo de privatização e terceirização dos espaços escolares da rede pública, enfrentando os convênios e priorizando a gratuidade com gestão direta da prefeitura.*
- *Garantir que todas as escolas e estudantes tenham acesso à internet de alta velocidade com laboratórios de informática.*
- *Ampliar de 25% para 30% o mínimo de investimento em educação no município;*
- *Construção de um programa municipal de enfrentamento à violência contra os educadores em parceria com Universidades e Grupos de Pesquisa, que combate o assédio moral e forneça acolhimento aos profissionais;*
- *Estabelecer uma política municipal de fortalecimento e criação de Grêmios Estudantis, garantindo a participação de estudantes na elaboração dos PPP's (Projetos Políticos Pedagógicos) e de apoio na gestão das unidades escolares;*
- *Garantir uma educação antirracista em todas as escolas do município, a partir da aplicação imediata da Lei 10.639 e da Lei 11.645, que determina o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;*
- *Garantir equipes multidisciplinares de apoio psicológico e da assistência social a alunos, familiares e profissionais de educação como um todo, dialogando com os conselhos tutelares e a secretaria de assistência social;*
- *Oferecer a educação inclusiva, com a participação da família no processo educacional, transporte adequado e oferta de vagas para PCD's, transtornos globais do desenvolvimento, e/ou altas habilidades/superdotação, qualificando professores e funcionários e implementando salas de recursos multifuncionais, tanto em escolas regulares como em classes especiais para os que necessitem;*

Gestão social e democrática

O tema da gestão é fundamental para dizermos para que viemos. Um modelo de gestão baseado no autoritarismo não pode se dizer a favor do povo. Precisamos de uma revolução administrativa em São Gonçalo que combata o processo contínuo de encolhimento do Estado provocado pelas terceirizações, organizações sociais e pela redução e desvalorização do quadro de funcionários de carreira. Precisamos de concursos públicos e de convocação da lista de espera. A realidade de desvalorização tem provocado descontrole, corrupção e má prestação de serviços públicos. Cortam-se verbas e servidores que fazem falta na saúde, na educação, na segurança pública e no atendimento à população na ponta. A gestão é centralizada, distante da realidade da comunidade, e muito pouco democrática. O prefeito e os secretários tomam decisões monocráticas, que desconsideram a vontade da população e o saber acumulado pelos servidores do município e seus cidadãos. Entendemos que sem debate com a sociedade civil, intensa participação e mobilização social, e ferramentas como conselhos, orçamentos participativos e plebiscitos, não se pode fazer uma gestão democrática e social.

Sabemos que, atualmente, nada há de democrático na gestão da cidade, e isso é fruto de uma concepção de gestão. A prefeitura comandada por Capitão Nelson segue o modelo autoritário de gestão do Estado, aplicando de forma distorcida os princípios da chamada “Nova administração pública” que corresponde ao modelo desenvolvido no seio da ideologia neoliberal por Bresser-Pereira, durante os anos 90. Mas na cidade, tal modelo é incrementado e acrescentado pelo mandonismo, pela corrupção, pelo compadrio nas indicações políticas, pelo “exame de sangue dado pelo vereador”, e práticas típicas de velha política corrompida e pelas práticas clientelistas. A principal ideia mobilizadora desse modelo de gestão, na sua concepção, é a transformação da gestão pública em uma gestão gerencial e de resultados típica de uma empresa privada. Quando se mistura com a velha política, esta concepção de gestão se torna então um espaço de “toma lá dá cá”, de violência política, opressão, constrangimento e manutenção do poder espúrio. Por isso, os cidadãos que eram concebidos somente como clientes, agora são tutelados para obedecer e votar, e os serviços públicos são vistos como mercadorias.

Não há interesse em participação social e coletiva na tomada de decisões, pois existe uma “classe política” que pensa, enquanto a função da sociedade é escolher a cada período esta classe, e “aprovar e reprovar” os produtos oferecidos.

Nossa concepção de gestão é completamente oposta. Defendemos que uma gestão social e democrática precisa ser radicalmente construída junto com a população que, sendo parte ativa do processo, também é co-autora da política pública e sua defensora. Iremos criar ferramentas concretas e que funcionem a todo o vapor, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e o Orçamento Participativo na cidade de São Gonçalo. Somos parte do povo oprimido que agora tomará o poder em suas mãos.

Temos o desafio de construir uma democracia real em São Gonçalo, onde o governo entenda que as grandes decisões precisam também passar pelas mãos do povo, para além de um processo de decisão criar um ambiente de conscientização. Precisamos decidir coletivamente as políticas públicas que impactam a vida urbana, sem distribuir regalias a amigos e sem aparelhar a prefeitura com interesses políticos-partidários, personalistas e eleitoreiros.

Para que essa profunda mudança possa ocorrer é preciso que a prefeitura seja também uma ferramenta para a auto-organização do povo. A partir dos bairros e dos locais de trabalho, de estudo, de cultura e lazer, é possível garantir que as pessoas sejam protagonistas das transformações.

Somos a antítese do modelo neoliberal de Estado e visamos fortalecer mecanismos de democracia direta na cidade.

Propostas:

- *Implementar a gestão pública e direta da prefeitura em todos os âmbitos em que estiver sob a administração de OS's e PPP's;*
- *Convocar os aprovados em concursos públicos e abrir novos certames para prover cargos imediatos e compor lista de espera;*

- *Garantir que os secretários municipais sejam representantes comprometidos, capazes, técnicos e diretamente ligados aos trabalhadores da categoria que correspondem, usando-se, inclusive, de processos eleitorais diretos;*
- *Reestruturação completa dos contratos da prefeitura, com auditoria e análise rigorosa de resultados, dando preferência para a gestão pública direta, revogando concessões e contratos que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico e financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos;*
- *Congresso da Cidade: é preciso reconstruir em São Gonçalo um sentimento de pertencimento que seja também participativo. O Congresso da Cidade será um espaço mais amplo de discussão sobre a São Gonçalo do Futuro, onde sejam estabelecidos objetivos de médio e longo prazo para a superação dos problemas mais graves da cidade, bem como o desenvolvimento pleno de suas potencialidades e vocações;*
- *Prestação de contas dos governantes: o prefeito, o vice-prefeito, os secretários do município e todos os detentores de cargos eletivos ou em comissão na administração pública deverão publicar, anualmente, a evolução do seu patrimônio pessoal;*
- *Criação de Conselhos Populares nos bairros, a partir de um mapeamento das principais demandas;*
- *Realização de uma auditoria pública da Dívida Municipal;*
- *Luta permanente nos âmbitos político e jurídico para o aumento do poder de decisão dos Conselhos Populares;*
- *Divulgação em larga escala das Conferências Municipais e das eleições para os membros dos Conselhos Gestores das Políticas Públicas, bem como do Conselho Tutelar;*
- *Fortalecer, reinstituir ou criar os Conselhos Municipais de Políticas Públicas, tendo prioridade para os conselhos de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), de Defesa dos Direitos Humanos (CMDDH), de Juventude (COMJU), da Mulher (CMDM), dos Direitos da População LGBT (CMLGBT), de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA), dos Direitos*

da Pessoa Idosa (CMDPI) e da Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF), dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de promoção, garantia e defesa dos direitos e liberdades dessas populações, promovendo sua capacitação permanente e formação;

- Realização de consultas populares para a tomada de decisão sobre questões de grande relevância para o município, inclusive questões orçamentárias;*
- Realização de prestação de contas em audiência pública no mínimo duas vezes ao ano e sua divulgação em larga escala;*
- Criação de um orçamento participativo, vinculado aos conselhos populares, dando a estes, poder de decisão sobre o destino das verbas.*
- Realização de plebiscitos e consultas públicas para qualificar decisões importantes para a cidade, utilizando-se de ferramentas e tecnologias digitais;*

Propostas para segurança pública

A segurança pública pode ser definida como um conjunto de dispositivos e de medidas de precaução que asseguram a população de estar livre do perigo, de danos e riscos eventuais à vida e ao patrimônio. De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal a segurança pública é dever do Estado brasileiro, e responsabilidade de todos. É uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal, sendo exercida para a proteção de pessoas e patrimônio, bem como a preservação da ordem pública. A importância do município na segurança pública está relacionada à prevenção do crime e a redução do sentimento da sensação de insegurança dos cidadãos. O governo municipal pode e deve desenvolver ações de prevenção à violência e proteção de bens, serviços e instalações da cidade, criando instâncias para planejar, implementar, monitorar e avaliar projetos nesse sentido. A incorporação do tema no planejamento governamental é essencial para garantir a segurança no Município.

A abordagem da Prefeitura de São Gonçalo em relação à segurança pública apresenta várias falhas significativas que comprometem sua eficácia e impacto positivo na cidade. A falta de investimentos adequados para Guarda Municipal e outras iniciativas de segurança limitam severamente suas operações preventivas e capacidade de resposta. Além disso, a coordenação deficiente com órgãos estaduais como a Polícia Militar e Civil resulta em uma resposta desorganizada às emergências, desperdiçando recursos e colocando em risco a eficácia de possíveis operações. Devido à falta de planejamento financeiro adequado faltam projetos sociais consistentes de medidas preventivas e apoio efetivo aos Conselhos Comunitários de Segurança que muitas vezes carecem de representatividade e recursos para influenciar verdadeiramente a política de segurança local. Essas questões destacam a necessidade urgente de melhorias eficazes para garantir um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

A percepção da população sobre a segurança pública no município de São Gonçalo geralmente reflete uma preocupação significativa e uma sensação de insegurança. Gonçalenses frequentemente expressam frustração com a frequência de crimes, incluindo furtos e roubos de veículos, roubo a transeuntes e violência urbana em geral. Muitos se sentem desprotegidos devido à presença insuficiente de policiamento preventivo nas ruas, tanto por parte da polícia militar,

quanto da guarda municipal. Além disso, é notório que investimentos mais significativos são feitos apenas em áreas centrais com o intuito de dar mais visibilidade política ao governo atual e fazendo com que áreas mais vulneráveis fiquem esquecidas, contribuindo assim para uma maior sensação de insegurança entre os moradores gonçalenses. A falta de iluminação adequada e infraestrutura de vigilância eficaz também é citada como um fator que amplia essa percepção negativa. Em suma, a maioria da população de São Gonçalo se sente desamparada quando se fala em segurança pública na cidade, clamando por melhorias tangíveis e consistentes para promover um ambiente mais seguro e protegido para todos os gonçalenses. Por isso, em parceria com profissionais da área da segurança, temos como prioridade e compromissos:

Propostas:

- *Construção de uma sede própria e também novos postos da guarda municipal em áreas estratégicas da cidade;*
- *Realizar concurso público da Guarda Municipal;*
- *Regularizar o Regime Adicional de Serviço (RAS);*
- *Revisar o plano de cargos e salários dos trabalhadores da segurança;*
- *Ampliação da ronda escolar e da patrulha Maria da Penha;*
- *Incentivar a participação dos conselhos comunitários;*
- *Capacitação e treinamento Contínuo: Implementar programas de treinamento regular para os guardas municipais, focados em técnicas de abordagem, mediação de conflitos e atualizações legislativas. Introduzir cursos de capacitação em áreas como direitos humanos e diversidade cultural;*
- *Integração com a comunidade: criar programas de policiamento comunitário, onde os guardas atuem de forma mais próxima e colaborativa com os moradores*
- *Estimular a participação da população em programas de vigilância colaborativa.*

- *Priorização da segurança pública, incluindo no orçamento municipal recursos específicos para a segurança pública, garantindo investimentos contínuos e sustentáveis.*
- *Modernizar os equipamentos de tecnologia e inovação, melhorando a comunicação e a vigilância.*
- *Otimizar os sistemas de monitoramento por câmeras em pontos estratégicos da cidade, com central de monitoramento 24 horas da prefeitura;*
- *Criação do aplicativo 153 SG (desenvolver aplicativos móveis para facilitar o contato direto entre a população e a Guarda Municipal, permitindo o envio rápido de informações e emergências, semelhante ao modelo do aplicativo 190RJ). O aplicativo 153 SG é uma ferramenta que terá que ser desenvolvida pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo para facilitar o registro de ocorrências no que tange às atribuições da GM pelos cidadãos. Funciona como uma forma de comunicação direta entre a população e as autoridades de segurança pública Municipal. Aqui estão algumas funcionalidades principais do aplicativo: a) Registro de ocorrências: Permite que os usuários registrem incidentes diretamente pelo aplicativo, informando detalhes como localização, tipo de ocorrência e descrição dos eventos. b) Localização em tempo real: Utiliza o GPS do celular para enviar automaticamente a localização exata da ocorrência, o que facilita a rápida resposta das autoridades. c) Acompanhamento de status: Os usuários podem acompanhar o status das ocorrências registradas, verificando se foram recebidas, em análise ou já atendidas pela GM. d) Alertas e notificações: Recebimento de alertas e notificações sobre situações de emergência ou avisos importantes da polícia. d) Facilidade de uso: Interface intuitiva e acessível para garantir que qualquer pessoa possa usar o aplicativo de forma simples e rápida em situações de emergência.*
- *Implementar os sistema de alertas de segurança escolar, permitindo que as escolas enviem alertas imediatos para a Guarda Municipal em caso de emergências, como invasões, incidentes violentos ou outros eventos críticos;*

- *Implementar o sistema de patrulhamento escolar programado, integrando o sistema de agendamento de patrulhas regulares ao redor das escolas, ajudando a garantir a segurança durante os horários de entrada, saída e atividades extracurriculares.*
- *Implementar o botão de pânico escolar, disponibilizando um botão de pânico no aplicativo das escolas, permitindo que os funcionários possam acionar rapidamente a Guarda Municipal em situações de crise, como ameaças iminentes ou comportamentos violentos. Estabelecer parceria com a Secretaria da Educação e com o programa de combate à violência na Escola;*
- *Combater a criminalidade estabelecendo parcerias com outras forças de segurança (polícia militar e civil) para operações integradas. Fortalecer programas de prevenção ao crime, especialmente voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.*
- *Projeto de implantação do programa jovem aprendiz na Guarda Municipal (no grupamento ambiental) - A atuação do jovem aprendiz na Guarda Municipal pode envolver várias atividades que são estruturadas de forma a proporcionar uma experiência prática e educativa. Aqui estão alguns exemplos de como seria a atuação do jovem aprendiz: a) Auxílio em Eventos Comunitários: Participar ativamente no apoio logístico e de segurança em eventos comunitários, como festas populares, eventos esportivos, e atividades culturais. b) Ações Educativas: Participar de campanhas educativas nas escolas e comunidades, promovendo temas como segurança no trânsito, prevenção ao uso de drogas, e cidadania responsável. c) Simulações e Treinamentos: Envolver-se em simulações de situações de emergência, aprendendo técnicas de primeiros socorros básicos, e procedimentos de segurança. d) Atendimento ao Público: Aprender a lidar com o público em geral, auxiliando cidadãos com informações básicas e encaminhando solicitações para os guardas municipais quando necessário. e) Colaboração em Projetos Comunitários: Participar ativamente em projetos que visam melhorar a segurança e a qualidade de vida na comunidade, como mutirões de limpeza, plantio de árvores, e outras iniciativas ambientais (grupamento ambiental já existente).*

A juventude é o Futuro!

Não tem como pensar em construir uma cidade democrática sem que a juventude seja partícipe da formulação de políticas públicas. O município de São Gonçalo é um celeiro de talentos, jovens como o jogador de futebol Vinicius Jr e o cantor Orochi nasceram aqui. No entanto, a realidade é que os jovens do município não possuem nenhuma perspectiva de futuro pela falta de políticas públicas da Prefeitura e do Governo do Estado. Faltam escolas, incentivo a cultura, lazer e oportunidades de emprego. Para a maioria dos jovens negros e pobres o estado só se faz presente através do braço armado e da repressão policial.

É preciso mudar essa realidade através da participação e investimento na juventude gonçalense. Uma cidade justa e igualitária se constrói a partir do diálogo aberto e constante com as diferentes juventudes e seus territórios, buscando superar as desigualdades.

A gestão atual do prefeito Capitão Nelson e as gestões anteriores que tiveram a frente da Prefeitura de São Gonçalo não tiveram nenhum compromisso na garantia de direitos para a juventude. Segundo um levantamento realizado pelo Instituto Fogo Cruzado em 2021, São Gonçalo foi classificado como o lugar mais perigoso para jovens no estado do Rio de Janeiro devido a violência e os assassinatos de adolescentes em sua maioria negros.

Diante dessa realidade, a garantia de um futuro digno para diversos jovens vem sendo negligenciado. A política de morte da juventude negra, pobre e LGBT+ de São Gonçalo tem estampado diversos noticiários. Além disso, a alta taxa de desemprego e o não investimento em educação vem fazendo com que jovens sejam jogados para o trabalho informal e precarizado sem uma série de direitos trabalhistas. Precisamos de uma São Gonçalo que associe juventude a direitos, garantia de futuro e oportunidades - e não a genocídio e trabalho precário.

A juventude de São Gonçalo não está dentro do orçamento da prefeitura. Por isso, é fundamental um projeto alternativo que incentive o emprego, priorize a educação pública, a cultura e o lazer nos bairros, com participação democrática. Os jovens querem ter a garantia de um futuro digno!

Prioridades e compromissos:

- *Passe livre para estudantes de universidades, cursos técnicos e pré-vestibulares no município de São Gonçalo;*
- *Campanhas permanente de conscientização e combate ao genocídio da juventude negra e a LGBTfobia;*
- *Construção de Lonas Culturais em diversos bairros para incentivo de arte e cultura;*
- *Criar Centros do Futuro - Grandes Equipamentos Públicos Regionais para jovens a partir de 12 anos, onde eles possam desenvolver suas habilidades a partir das suas potencialidades nas áreas de esporte, música, artes, inovação digital, formação profissional e economia solidária;*
- *Construção de centros culturais e esportivos;*
- *Criação de um Conselho Municipal de Juventude;*
- *Implementação de um Plano Municipal de Juventude, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;*
- *Política Municipal de inserção no mercado de trabalho e combate ao desemprego na juventude – Escolas Municipais Técnicas, cursos de qualificação profissional (com base nas demandas das juventudes);*
- *Construção de parceria com a Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) e Instituto Federal Rio de Janeiro - Campus São Gonçalo, através de bolsas de pesquisas, para o desenvolvimento de políticas públicas junto ao município;*
- *Implementação de bolsas assistência estudantil para universitários de baixa renda;*
- *Democratizar o acesso à cultura jovem com leis de incentivo e editais por região;*
- *Ampliar os espaços municipais para o lazer de crianças, como piscinas públicas e centros esportivos;*

- *Assegurar no Plano Municipal de Educação o respeito à diversidade sexual e de gênero e à população LGBTI+ no ambiente escolar e na capacitação de professoras e professores;*
- *Ampliar o conhecimento a respeito das culturas tradicionais e história afro e indígena com a implementação de um currículo afro-indígena (integração cultural e educacional);*
- *Reconhecimento da Batalha do Tanque como Patrimônio Imaterial da cidade de São Gonçalo;*
- *Fortalecimento e incentivo às batalhas de MCs e rodas de Slams.*

Meio ambiente e desenvolvimento urbano

Este eixo ambiental é um mecanismo fundamental hoje em qualquer plataforma política mundial, nacional, estadual e municipal, que se configura em uma intenção política moderna e futurista de preocupação efetiva com o meio ambiente em um todo, dentro de uma visão de proteção, preservação, recuperação e desenvolvimento sustentável, que atenda as agendas locais e globais, assumidas nos fóruns nacionais e internacionais sobre o ambiente, as condições climáticas e o aquecimento global, garantindo assim a qualidade de vida e a sobrevivência da humanidade.

A existência deste eixo ambiental é fundamental para o desenvolvimento de uma cidade e principalmente para cidades como São Gonçalo, que surgiu e cresceu sem nenhum planejamento de cuidados ambientais e de preservação de seus ecossistemas. Através deste eixo, será possível apresentarmos questões atuais e de referência, que possam elucidar este tema dentro de uma esfera global, aplicada sobre um ponto de vista local, considerando as demandas e características de São Gonçalo.

Neste contexto, este eixo e sua organização abrem discussões importantes que se referem a São Gonçalo, considerando as características locais climáticas, de relevo, de seus ambientes costeiros, matas, rios e toda a estrutura urbana, considerando neste aspecto a poluição de forma geral, a coleta efetiva do lixo, a reciclagem, a dinâmica das enchentes, a sustentabilidade ambiental, a existência de parques, APAs e outras unidades de conservação permanente como os manguezais e a mata atlântica locais. Dentro desta esfera ainda se estabelece a discussão para a criação de um programa moderno, estratégico e eficaz de educação ambiental.

Considerando todas estas ações, devemos construir uma cidade futurística, que pense em um desenvolvimento organizado e inteligente, com estruturas ecos sustentáveis e ecos sociais que combatam o racismo ambiental, que caminhem sempre pela sustentabilidade, proporcionando um ambiente saudável, composto por itens importantes na sua estrutura, como a existência de programas e projetos que possam associar o desenvolvimento urbano em uma linha harmônica e de equilíbrio com o meio ambiente. Desta forma, exaltando a temática ambiental, construindo projetos e propostas que transformem a cidade e levem conhecimento à população, este tema é

extremamente significativa, importante e prioritário na construção de uma cidade justa, igualitária, moderna e sustentável.

Direcionando o foco para a prefeitura de São Gonçalo no momento atual, é possível verificarmos que não se priorizam ações diretas e eficazes que solucionem os problemas ambientais existentes, onde se destacam constantes alagamentos, lixões clandestinos, falta de coleta em várias localidades, ausência de coleta seletiva, invasões irregulares em áreas de servidão dos rios existentes, falta de fiscalização eficiente nas Áreas de Preservação Ambiental e convivência, ausência de projetos de cunho ambiental como parques naturais, renaturalização dos rios e recuperação das cabeceiras (nascentes), programa moderno de educação ambiental e sustentabilidade, entre outros.

Os dados atuais são péssimos e muitas vezes mentirosos, como é o caso da coleta de lixo em que **a Prefeitura alega coletar 100%**, atendendo todos os bairros e a população de São Gonçalo. Somando-se os pontos onde esta coleta não se faz eficiente, temos aproximadamente 160.000 pessoas sem este serviço, o que favorece o comprometimento dos bueiros, quando existente, causando entupimentos, comprometendo a drenagem e gerando alagamentos e muitos transtornos à população.

No quesito fornecimento de água tratada, nossa cidade ainda possui cerca de 148.000 moradores sem recebimento de água tratada, o que equivale a 10% da população. Os serviços referentes a este setor, atendido hoje pelas Águas do Rio é muito precário e problemático para a cidade. No que se refere ao esgotamento de resíduos urbanos e industriais, os sistemas de coleta, em sua grande maioria são mistos e conectados com captação de águas pluviais. Neste caso, os dados apresentados atualmente pela Prefeitura, também não refletem a realidade e são apresentados como se 26% do esgoto sejam coletados e tratados. **Dados atuais e de referências mostram que somente 17% do esgoto é recolhido e tratado, sendo o restante jogado in natura nos rios e valões de nossa São Gonçalo**, comprometendo diretamente o ambiente, a Baía de Guanabara e os manguezais. Considerando estes e outros fatores, a cidade se apresenta com péssima qualidade de vida, sendo classificada entre últimas posições nos ranques nacional e estadual.

Neste sentido, é possível se ter a percepção de que vários governos que por aqui passaram, pouco fizeram em relação ao saneamento e meio ambiente como um todo, onde ações foram e continuam sendo retrógradas, arcaicas, sem nenhum avanço moderno, tecnológico e sistematizado, mostrando um caminho contínuo, repetitivo e de mesmice entre os governos.

A percepção popular é variável de acordo com o nível cultural, da educação familiar e comportamentos repassados, porém é perceptível um alto nível de insatisfação referente às ações atuais e passadas sobre meio ambiente e saneamento, incentivada naturalmente pela baixa qualidade de vida oferecida por este município tão amplo e carente de auto estima.

Sendo assim, todas as questões citadas anteriormente são reflexo das péssimas gestões pelas quais a cidade passou e que retratam o abandono a causas tão importantes quanto o lixo, esgoto, água tratada, controle de pragas e zoonoses, controle de enchentes e quedas de encostas. Desta forma, torna-se de grande importância um projeto amplo e futurístico, com adesão à tecnologias e ações que possam transformar a cidade para uma São Gonçalo do Futuro.

Propostas:

- *Implementação de uma Política Municipal de Arborização Urbana, com vistas à gestão integrada da arborização urbana no município de São Gonçalo através do mapeamento de zonas de escassez arbórea para a plantação de árvores em áreas públicas e o incentivo à plantação de árvores em espaços privados. Dessa forma, será possível colaborar não apenas com a melhora da qualidade do ar como também com a redução da temperatura ambiente em locais de maior incidência do calor, a proteção dos recursos hídricos e proporcionará espaços públicos mais agradáveis;*
- *Dar prioridade máxima na efetivação de medidas de prevenção e enfrentamento aos eventos climáticos extremos, especialmente aos alagamentos e enchentes da cidade através de: a) construção e manutenção de infraestrutura resiliente; b) fortalecimento de sistemas de alerta precoce; c) gestão integrada dos recursos naturais entre os ecossistemas aquáticos, terrestres e urbanos; d) mapeamento de áreas de risco; e) criação de planos de contingência para todas as regiões, especialmente as mais vulneráveis; f) capacitação de agentes comunitários; g) Realização de simulados de emergência.*

- *Criação de um Programa de Conservação e Recuperação de Áreas Naturais;*
- *Criação de um Programa de Educação Ambiental amplo e que seja transversal com outras secretarias para atingir toda a população;*
- *Programa de Fiscalização Ambiental Efetiva, conjunta com Conselho de Meio Ambiente;*
- *Aplicar na prefeitura a gestão de resíduos sólidos vinculado ao Programa de Reciclagem que consiga avançar na preservação do meio ambiente ao mesmo tempo em que gera empregos;*
- *Modernizar o atual código Municipal de Meio Ambiente, atualizando-o a partir do debate sobre crise ambiental, em conferências municipais sobre o tema;*
- *Criar a Incubadora Pública Ambiental “Eco São Gonçalo” - Ambiente especialmente planejado a difusão da informação e para inovação. Oferecer serviços especializados em parceria com instituições públicas a nível Estadual e Federal, ONG’s e projetos locais;*
- *Criação de um programa de informação e conscientização sobre eventos climáticos extremos que contribua para o combate às enchentes e deslizamentos na cidade, articulado com outras secretarias;*
- *Criação do programa Agro Verde São Gonçalo: Incentivo ao Uso Sustentável da Zona Rural*
- *Criação do programa Verde Vivo São Gonçalo: Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas;*
- *Programa Água Limpa São Gonçalo: Melhoria na Infraestrutura de Saneamento Básico;*
- *Programa Sol Verde São Gonçalo: Incentivo ao Uso de Energias Renováveis;*
- *Parque Verde São Gonçalo: Criação de um Parque Urbano de Áreas Verdes*

Transporte e mobilidade urbana como direito à cidade

A mobilidade urbana é um conceito que abrange a capacidade de deslocamento em áreas urbanas e engloba modos motorizados e não motorizados, transporte público e privado, sistemas de sinalização, pontos de apoio, terminais e conexões, com diretrizes instituídas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana, através da Lei nº 12.587/2012. **Ao mesmo tempo, é necessário entender a mobilidade como direito, e não como serviço.** A adoção da tarifa zero está sendo implementada no Brasil como uma realidade que vem ganhando espaço e comprovando sua eficiência na efetivação de direitos. São Gonçalo precisa se modernizar e ampliar o direito à cidade através de uma política de passe livre e tarifa zero. Segundo levantamento do pesquisador Daniel Santini, da Universidade de São Paulo (USP), atualmente mais de 100 cidades já implementaram o passe livre, o que figura atualmente como uma política pública fundamental não só para melhorar o trânsito, o bem-estar e a qualidade de vida, mas sobretudo quando se pensa que a mobilidade é central para acesso à direitos e acesso à cidade, para a garantia de educação, saúde, lazer, cultura e dignidade. Além disso, essa proposta dialoga com outro eixo do nosso programa que é a construção de **Uma Cidade Antirracista**, o que implica que cidade precisa ser democrática para mulheres negras levarem seus filhos à escola, para usufruírem de seus direitos básicos, quebrando a lógica segregadora das periferias com as zonas centrais, o que muda radicalmente a concepção de cidade que vivemos.¹⁴ Como se lê na citação abaixo:

Nosso sistema de transportes no Brasil é racista, desigual, segregador e excludente, e as catracas são o principal símbolo do controle dos deslocamentos e da limitação forçada da circulação impostos aos setores mais empobrecidos, que dependem centralmente das estruturas de transporte público para ir e vir. Nem todo mundo que vive em uma cidade pode usufruir do que ela oferece. Vale-transporte, quando tem, é só para ir e voltar do trabalho. O preço das passagens e a oferta de transporte disponibilizada em territórios majoritariamente negros, periféricos e de favela deixam trabalhadoras e trabalhadores sem a opção de ir para outro bairro, conhecer museus, visitar parques e espaços 10

¹⁴ SANTINI, Daniel; SANTARÉM, Paíque Duques; ALBERGARIA, Rafaela. **Mobilidade antirracista**. Autonomia Literária, 2021.

abertos. Os espaços culturais e de lazer também são edificados a partir de uma dimensão marcada por desigualdades raciais, observando-se a concentração de oportunidades nas áreas mais elitizadas e o sistemático esvaziamento de políticas públicas culturais nos territórios de periferia e favelas. A maioria, formada de negros e negras, é confinada em espaços limitados para morar, para trabalhar. Saúde e educação são serviços públicos, mas ainda é preciso pagar para chegar até um posto, hospital ou escola. Circular não é uma opção para muita gente.¹⁵

Do ponto de vista da situação atual do transporte na cidade, os principais desafios sobre a mobilidade urbana em São Gonçalo são a insuficiência e deficiência na oferta de transporte público; congestionamento contínuo do trânsito, seja em vias principais, seja em vias secundárias; segurança viária no que se diz respeito a sinalização, canalização de fluxo, falta de padronização nas calçadas ou até mesmo falta de locais para o trânsito de pedestres, tendo esses que se dividir entre os veículos na rua; deficiência na acessibilidade e falta de infraestrutura cicloviária.

São Gonçalo não deve ser pensada como uma cidade interiorana, onde os desafios da mobilidade são secundarizados. Falamos da 18º maior cidade do Brasil, 2º maior cidade do Estado, logo depois da capital. É imperiosa a ampliação das áreas atendidas pelo transporte público, bem como a integração desse meio para atender as necessidades mais básicas do gonçalense que depende dos serviços que são centralizados no grande eixo Rodo x Alcântara. Concomitantemente, deve ser pensado políticas de incentivo ao uso de outras formas de locomoção, como a bicicleta, por exemplo, atrelado a um sistema de compartilhamento das vias com esse tipo de veículo e ampliação das ciclovias que interligam o grande eixo central da cidade.

A questão da mobilidade urbana em São Gonçalo é de desestruturação perene. Os anos vão passando e o modelo defasado vai se mantendo e se reciclando. Em São Gonçalo, “gambiarrras” no modal foram sendo criadas como forma de adaptação e de imposição no intuito de se estruturar enquanto monopólio.

¹⁵ Idem, pg. 09.

A cidade vivia sob a desorganização do transporte onde o alternativo convivia de maneira precária com o coletivo, criando até certa concorrência, inclusive nos preços da tarifa. Quem não lembra dos famosos ônibus "guaravitas" que tinham a passagem a 50 centavos, ou a parcialização das linhas intermunicipais, com preços reduzidos por trechos, como o caso do 408M que tinha sua passagem reduzida a 80 centavos no trecho Alcântara x Barreto. Tempos tenebrosos criam situações tenebrosas, nesse caso, não podemos esquecer da bizarrice que foi a instalação dos micro-ônibus na cidade. Veículos apertados, pequenos e de uma única entrada e saída que não respeitavam as gratuidades dos idosos e estudantes, visto que esses eram impedidos de embarcar nesses veículos, além de não respeitar a acessibilidade de pessoas com deficiência física e pessoas obesas.

Os micro ônibus foram um mecanismo afrontoso que as empresas de ônibus arrumaram para se incidir sobre o transporte alternativo, este último que nunca obteve regulamentação decente por parte das gestões municipais, que foram sobrevivendo de liminares até ter seu fim decretado com a criação do Consórcio São Gonçalo de Transporte que obteve exclusividade na operação do transporte municipal registrado em contrato.

O **Consórcio São Gonçalo** monopoliza hoje todo o sistema de transporte da cidade. Criado no governo Aparecida Panisset, **ganhou uma licitação sem transparência, onde o consórcio aglutinou todas as empresas que já circulavam na cidade**, sem qualquer revisão das linhas, e começou a sua operação com os mesmos ônibus velhos que já operavam, passando apenas por um banho de tinta que deu às empresas uma roupagem única, sob um contrato que lhes garantia muitos direitos e quase nenhuma obrigação.

No decorrer dos anos, a verdade é que nenhuma melhoria foi posta sobre o transporte coletivo. São Gonçalo tem uma carência de linhas, bairros que não conversam entre si e extremos que não se interligam. **Para muitos lugares em São gonçalo se faz necessário utilizar dois ônibus para se deslocar**, como é o caso de quem precisa ir do Boaçu ao Boa Vista, que são bairros vizinhos mas é necessário a baldeação, assim como da Parada 40 ao Barro Vermelho, ou do Jóquei a Marambaia. Não existe ligação entre os extremos, como Guaxindiba a Neves, Santa Isabel a Venda da Cruz ou Cala Boca ao Apolo. Também não há integração no valor das passagens, além de muitas linhas sobrepostas, como as linhas que saem dos bairros sentido Alcântara, citamos

Pontal x Alcântara, Engenho Pequeno x Alcântara, Boaçu x Alcântara que se encontram no eixo central da cidade e seguem o mesmo percurso, aumentando o fluxo de veículos e consequentemente a desordem no trânsito.

Para além disso, linhas parciais são criadas à vontade do empresário, sem passar por critérios técnicos e permanecem com o valor integral, como exemplo a linha 01 (Santa Isabel x Fórum) e 01A (Santa Isabel x Alcântara). **Ora, sendo a linha parcial metade da original, não deveria ser cobrado a metade do preço?** Não é o que acontece. Não há integração, mas há baldeações desnecessárias, o contribuinte pagando tarifa cheia em linha parcial e localidades que sequer possui linha de ônibus, como o bairro Morro do Castro e Jardim Califórnia, e tantas outras com transporte deficitário, como a Praia da Luz, Zumbi, Miriambi, Meia-Noite e tantas outras.

Na história recente, foi aprovado um projeto de lei que obriga a climatização da frota municipal, com metas de porcentagem serem cumpridas por períodos, postergado pelo governo Capitão Nelson, sendo o último ajuste para climatização de 80% da frota até fevereiro de 2024 e 100% até agosto do mesmo ano.

Um levantamento feito por coletivos de estudiosos da mobilidade urbana de São Gonçalo apontam os dados da climatização atualizado em dezembro de 2023, tendo as empresas Viação Tanguá, Galo Branco e Estrela atingido 100% de suas frotas climatizadas, Auto Ônibus Alcântara com 56%, Viação Rio Ouro com 39%, a líder do consórcio, Icaraí Auto Transportes com 33%, Viação Mauá com 32%, Rosana Transporte e Turismo com 29% e Auto Ônibus Asa Branca Gonçalense com 17%, totalizando 57% da frota do Consórcio São Gonçalo de Transporte climatizada, bem distante dos 80% previstos para fevereiro de 2024.

Outro dado para questão de atualização, a última compra feita pelo Consórcio foi no mês de abril de 2024, sendo 5 unidades de ônibus modelo Padron com ar condicionado para Viação Estrela e 8 unidades do mesmo modelo para a viação Galo Branco, ambas que já constam com 100% de suas frotas climatizadas antes das prorrogações de prazo, o que não altera o percentual do estudo apresentado em dezembro passado.

Os 17% da Asa Branca Gonçalense corresponde a UM único veículo que compõem a frota da empresa que opera a linha 26, veículo esse que costuma ser flagrado circulando pela cidade com as janelas abertas e climatização desligada.

O Consórcio além de não respeitar os prazos impostos pela lei, deixa em circulação veículos com mais de 10 anos de uso, como exemplo do veículo Marcopolo Torino, registrado na SEMTRAN com o prefixo 7.005, fabricado no ano de 2012.

A desordem no trânsito é indelével. A Secretaria de Transportes pouco faz pela organização do trânsito na cidade. Falta sinalização vertical e principalmente horizontal, que ajude no escoamento do trânsito e que organize seu fluxo, além da falta de sincronização semaforica. A falta de educação no trânsito faz com que o gonçalense tenha que lidar diariamente com veículos avançando sinais e estacionados pelas calçadas, dentre outras desproporcionalidades.

Foi aprovado pela Câmara de São Gonçalo a Lei Municipal nº 1.251/21, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 374/2022, que autoriza a criação de "zonas azuis" para estacionamento nas vias da cidade, zonas essas que poderiam ser geridas pela iniciativa privada. Espaço público não pode ser utilizado para enriquecimento de empresários. Defendemos a existência das zonas azuis, desde que sejam ofertadas de forma gratuita aos munícipes, organizada e fiscalizada pela Prefeitura. Portanto, afirmamos: nenhum real para a iniciativa privada no que tange a utilização do solo público para criação de estacionamentos rotativos!

No que se refere a locomoção dos munícipes, algumas questões podem estar fora do alcance direto da gestão municipal, mas não de sua responsabilidade. A integração metropolitana é essencial para a garantia dos direitos, empregos, serviços e afins, por isso a discussão da Linha 3 do metrô e a implementação das Barcas em São Gonçalo se faz necessária com o conjunto da sociedade gonçalense. O poder público municipal tem o peso de pressionar o governo estadual e federal sobre esse debate. São Gonçalo não pode ficar refém do oligopólio das empresas de ônibus. Transporte de massa é crucial e construções de campanhas que reivindique isso são marcas da atuação política e militante da federação PSOL/REDE e do nosso candidato a prefeito Prof. Josemar e seu vice, Prof. Capilé.

Levando em consideração a conjuntura da mobilidade urbana de São Gonçalo, apresentamos as propostas abaixo para o debate:

- **Estatização da gestão de transporte municipal e criação de uma empresa pública de mobilidade urbana;**
- **Instituir o Programa Tarifa Zero no transporte público**, ampliando o debate na cidade de São Gonçalo com especialistas no conceito de “Mobilidade Triplo zero” (zerar tarifas, zerar emissões prejudiciais ao meio ambiente, zerar mortes no trânsito) para que possamos inverter a lógica das políticas de apoio aos empresários, os ricos e super-ricos, transformando-as em investimentos que ajudem a baratear o custo das passagens e mesmo garantir a gratuidade total;
- Aplicar a redução progressiva e seletiva da tarifa pública cobrada do usuário dos serviços públicos de transporte coletivo de competência municipal;
- Revisão das concessões das empresas de ônibus e do contrato do Consórcio São Gonçalo de Transporte com a cidade, tendo em vista o programa tarifa zero e a estatização completa do transporte;
- “Zerar” as linhas de ônibus, fazendo uma revisão total das que já circulam e criar um sistema de integração de transporte entre os bairros, seja via bilhete único, tarifa única de integração ou pela criação de linhas troncais e alimentadoras entre os bairros e os eixos centrais da cidade.
- Construção da Campanha que cobre o Governo do Estado a criação das Barcas em São Gonçalo e a criação da Linha 3 do metrô.
- Criação de mecanismos de avaliação periódica e canais de denúncias relacionados ao serviço de transporte prestado.
- Viabilização da criação de uma **Empresa Pública de Engenharia de Tráfego** que aponte melhorias em questões como: a) Criação de "ondas verdes" e sincronização dos semáforos de São Gonçalo; b) modernização da sinalização de trânsito; c) melhoria na sinalização vertical e horizontal das ruas de São Gonçalo; d) Que crie campanhas de conscientização no trânsito e outras atribuições.

- Implementar a transparência dos custos das empresas e consórcios de empresas que operam o transporte coletivo rodoviário no município de São Gonçalo através dos sítios eletrônicos das concessionárias e da Secretaria de Transporte, onde as planilhas deverão permanecer disponibilizadas para a consulta dos cidadãos.
- Determinar a disponibilização de pagamento dos transportes públicos por meio de cartão de débito ou crédito por aproximação enquanto não for implementado o passe livre nos ônibus municipais com o objetivo de facilitar o acesso aos transportes tendo em vista a atualização tecnológica que vem diminuindo o uso do dinheiro físico, adequando os modais ao século XXI.
- Melhorar a qualidade da viagem dos passageiros de ônibus municipais através da dispensa às pessoas acima de 60 anos, obesos e portadores com deficiência física de passarem pela roleta.
- Realizar medidas com o intuito de diminuir os índices de atropelamentos na cidade, através da criação de zonas de travessia de pedestres de alta visibilidade bem como a construção de passarelas, independente da distância uma da outra, especialmente próximas a locais de maior tráfego de automóveis e pessoas.
- Estabelecer por meio da Prefeitura medidas eficazes de proteção dos trabalhadores de transporte por aplicativo, obrigando que as empresas instalem pontos de apoio, bem como monitoramento de sinistros e campanhas educativas como forma de colaborar com a saúde dos inúmeros gonçalenses que prestam serviços para aplicativos de transporte.
- Realizar estudo prévio para estruturação, aplicação e construção de ciclovias na cidade de São Gonçalo, que sejam seguras e sirvam de transporte alternativo e sustentável;

Valorização do servidor público

Valorizar o servidor público é de suma importância para a garantia de uma prestação de serviço público de qualidade a população. Pensar em um projeto pragmático destinado aos servidores é garantir a eficiência da máquina pública que há anos vem sendo sucateada para justificativa da concessão e exploração pela iniciativa privada, as famosas terceirizações por organizações sociais.

Hoje o tema SERVIDORISMO PÚBLICO EFETIVO E COMISSIONADOS na nossa cidade é de extrema relevância pois o gasto empenhado em folha de pagamento corresponde a 60% do orçamento anual da fonte 00, portanto precisa ser analisado com profundidade com a categoria através dos sindicatos e associações representativas. Colocar o trabalhador no orçamento é compromisso e princípio básico do PSOL e da REDE, partido alinhados às pautas históricas da esquerda brasileira.

Hoje os servidores carregam a tristeza em laborar na cidade, com baixa estima, direitos sucumbidos e condições de trabalho precárias. Por muito tempo, projetos de governo do Poder Executivo não abarcavam o servidorismo público como uma pauta política sendo apenas explorada e surrupiada.

Hoje, a cidade possui 6.550 servidores ativos e 3200 servidores aposentados conforme exposto no portal da transparência da cidade, gerando uma folha/mês de R\$35.000.000,00 mês a administração direta e R\$19.000.000,00 ao regime próprio de previdência social – SGPREVI.

Baseado em uma mídia que banaliza os servidores públicos com retóricas de privilégio social, os servidores a nível nacional enfrentam um grande despreço pela sociedade civil e os governos locais se utilizam deste sentimento nacionalizado para perseguir direitos clássicos e perpetuar com cargos comissionados que servem a gabinetes de parlamentares do poder legislativo.

Precisamos repensar plano de cargos, carreiras e salários e também instituir uma política própria de saúde do trabalhador e pensar, a longo prazo, em um senso público para a publicação de um observatório do servidorismo público na cidade estimulando a produção de um material

norteador na região metropolitana da valorização dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público.

Prioridades e Compromissos:

- *Realização imediata da convocação dos concursados para todas as áreas e criação de novos concursos públicos para criação de cadastro reserva;*
- *Edição de decreto municipal instituído a MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, com a participação dos sindicatos e associações mais representativas e abrangentes da cidade;*
- *Revisão dos planos de cargos, carreiras e salários das categorias, corrigindo erros históricos e contradições que atacam diretamente os direitos dos servidores públicos efetivos municipais;*
- *Reestruturação da FUNASG- Fundação Municipal Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Efetivos de São Gonçalo;*
- *Levantamento e confecção de RELATÓRIO ANALÍTICO com o levantamento das condições de trabalho de cada unidade pública para correção por medidas cabíveis pelo Poder Executivo;*
- *Manter 100% dos subsecretários de todas as secretarias com cargos ocupados por servidores públicos de carreiras e até 20% dos cargos de secretários ocupados por servidores públicos estáveis;*
- *Reestruturação das fundações e seus fundos, extinguindo vínculo precário de trabalho do tipo RPA – Recibo de Pagamento de Autônomo e reestruturando todas as carreiras por concurso público de provimento de cargos públicos fundacionais, preferencialmente, ou por contratos de trabalho por tempo determinado e direitos trabalhistas conforme preconizado na CLT;*
- *Eleição direta para diretores de escolas e creches municipais, ocupados por servidores públicos de carreira;*

- *Realização da Revisão Geral Anual conforme índice IPCA a cada período de 12 meses respeitando a data base e livre negociação com sindicatos e associações.*
- *Articular com o Poder Legislativo sobre a criação da comissão parlamentar “Serviços Públicos e seus trabalhadores” com o intuito de garantir e estimular uma comissão específica para organizar debates e audiências públicas com a categoria.*

Assistência social humanizada e valorizada

O objetivo da assistência social é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. A assistência social está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), presente em todo o Brasil. No âmbito municipal atua: 1) Fortalecimento da convivência familiar e comunitária; 2) Referência para escuta e apoio sociofamiliar e informação para garantia de direitos; 3) Geração de trabalho e renda; 4) Orientação para outras políticas públicas; 5) Prevenção; 6) Atendimento a situações de violação de direitos violados ou ameaçados. É de suma importância para construir dignidade para seus cidadãos e possibilidades de independência e não somente acolhimento com viés assistencialista.

A cidade de São Gonçalo que no último censo foi identificada com uma população de 896.744 habitantes segundo censo do IBGE de 2022, fora a população em situação de rua que cresce vertiginosamente e que não consta em nenhum dado oficial seja no âmbito municipal, estadual ou federal; dados esses que deveriam constar como parte importante no Plano municipal da cidade para o mandato de 2022 e 2025. O plano mencionado tem diversos objetivos que conseguimos observar não foram cumpridos ou que houve relativização de seus responsáveis durante o seu cumprimento.

Os equipamentos públicos que auxiliam nas demandas da secretaria de assistência se encontram sucateados, com seus servidores com salário abaixo do piso da categoria e sem condições mínimas de trabalho, o que reflete diretamente na execução do trabalho e em como ele é oferecido para a população.

Propostas:

- *Inclusão objetiva da assistência social na LOA, a partir do debate com a Câmara Municipal, cumprindo e indo além do que manda a lei;*
- *Política de atenção multidisciplinar para as pessoas em situação de rua, como por exemplo política de moradia popular, assistência psicológica, escuta ativa e crítica, trabalhando na perspectiva da racialização do debate, para ampliar o entendimento das demandas*

específicas, e do impacto do racismo, combinada com uma Política de formação sobre escuta crítica e ativa das pessoas em vulnerabilidade social;

- Elaboração de um censo dos moradores em situação de rua para construção de política pública de enfrentamento a vulnerabilização dessa população;*
- Reformulação dos abrigos públicos a partir da perspectiva da autonomia e da não-dependência, incorporando o que já se tem de acúmulo no debate da saúde mental;*
- Valorização da equipe técnica e de assistentes sociais da prefeitura de São Gonçalo, com pagamento do piso salarial, com plano de cargos e salários a partir de concurso público;*
- Ampliação do número de CRAS;*
- Promoção do concurso público específico para composição de cargos técnicos da assistência social;*
- Criar, aprovar e implementar o Plano de Cargos, carreiras e remuneração do SUAS conforme determina a Nob- RH SUAS de 1996;*
- Implementar a Cidade da Cidadania, com a integração setorial de secretarias essenciais para a promoção dos direitos básicos sociais;*
- Promover o censo municipal populacional, o primeiro levantamento estatístico social para observação da territorialização e suas necessidades sociais*
- Política para as Mães Atípicas, com acompanhamento de equipe multidisciplinar, apoio de mobilidade urbana e geração de emprego e renda;*
- Ampliar a participação dos trabalhadores e profissionais no orçamento e decisões na secretaria de assistência Social;*
- Participação da população e dos profissionais nas decisões orçamentárias da secretaria de assistência social. A partir de conselhos utilizando as estruturas das associações de moradores.*

- *Desapropriação legal de terrenos ou prédios, via estatuto das cidades, com o objetivo de construção de acolhimento a mulheres e aos LGBTIAPN+*
- *Ampliação do número dos conselheiros tutelares em São Gonçalo a partir da perspectiva do número de habitantes*
- *Criação do Cartão em SG - passe livre para acesso a direitos de saúde, assistência social, transporte, cidadania em geral*

Política urbana e moradia popular

O desenvolvimento urbano e a moradia popular são temas centrais no planejamento das cidades, abordando de forma conjunta questões como, saneamento básico, saúde, transporte, acessibilidade aos serviços e inclusão social. O desenvolvimento urbano refere-se ao processo de planejamento e construção de áreas urbanas, com o objetivo de integrar infraestruturas, serviços e espaços públicos. Já a moradia popular diz respeito à provisão de habitações para a população de baixa renda, garantindo condições dignas de vida. Esses conceitos são fundamentais para a nossa atualidade, pois possibilita transformar a realidade de cidades que atendam às necessidades de todos os seus habitantes, promovendo a justiça social e a qualidade de vida.

Esses temas são centrais na orientação de uma sociedade na qual a classe trabalhadora crie ambientes urbanos mais inclusivos e sustentáveis. Juntos, esses conceitos promovem o bem-estar coletivo e a equidade, garantindo que o crescimento urbano beneficie quem edifica o mundo, o povo trabalhador.

O desenvolvimento urbano de São Gonçalo, assim como o setor de moradia, está historicamente ligado aos mandos e desmandos das elites locais, que maneжaram a estrutura física e social da cidade de acordo com os seus interesses. Fato esse que não se modificou durante os mandatos dos últimos prefeitos (as), Aparecida Panisset, Neilton Mulim e José Luiz Nanci. Não só as últimas prefeituras retratam esta visão burguesa e alienante de cidade, mas também a atual gestão do Capitão Nelson que dá continuidade a este projeto de manter São Gonçalo estranha a seus cidadãos. Estranhamento esse que é produto de uma escolha política, resultando em uma cidade que não possibilita que o seu povo tenha acesso a emprego, lazer, saúde, educação e cultura.

O cenário atual pintado pela gestão de Capitão Nelson é aterrador, porque na maioria dos bairros da cidade as comunidades são desconectadas com a sua vida econômica e social, onde o seu local de moradia não contribui ou pouco contribui para a geração de sua renda ou para a sua formação como ser social. Além disso, somente no tema de saneamento, segundo o estudo do Instituto Trata Brasil em 2024 São Gonçalo é a 6º pior município entre os 100 municípios mais

populosos do Brasil, com 96,33% de atendimento total de água e 12,73% no atendimento total de esgoto onde míseros R\$ 29,44 são investidos por habitantes neste setor.

Os dados apresentados acima só corroboram com a insatisfação que está instaurada na população gonçalense. O povo da cidade está cansado de ver somente obras maquiagens serem feitas, enchentes e deslizamentos de encostas a cada temporada de chuvas, obras milionárias que não atacam os problemas centrais da cidade e principalmente a falta de distribuição destas poucas mudanças por toda a cidade, fazendo com que a população das favelas e morros não tenham acesso a uma estrutura pública que traga dignidade para as suas vidas.

Por isso, apresentamos estas propostas:

- Converter, em parceria com a União e o Governo do Estado, os prédios e imóveis públicos não utilizados ou vazios com o objetivo de moradia por meio de programas de “locação social”, no qual o valor do aluguel é subsidiado pela prefeitura — vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel — onde a família que reside tem o direito à moradia garantido pelo município, combatendo a gentrificação e protegendo o locatário;
- Infraestrutura e Saneamento Básico: Implantação de redes de água e esgoto, revisando as concessões e garantindo acesso universal à água potável e tratamento de esgoto;
- Pavimentação e drenagem: melhorar as vias de acesso e prevenir enchentes e alagamentos.
- Programa de Coleta Seletiva de Lixo Remunerada: Implementação de um sistema de coleta seletiva que incentive a reciclagem e a gestão adequada dos resíduos. Estudar a possibilidade de oferecer remuneração para os participantes do programa, criando empregos remunerados para moradores que participem do processo de coleta seletiva;
- Desapropriação dos prédios vazios nos grandes centros (Utilizando o Estatuto das Cidades. Trabalhar em parceria com o poder público estadual e federal para a implementação de uma política de reforma e adaptação dos prédios vazios abandonados em moradia popular;
- Política de reassentamento das famílias que residem em encostas e fundo de vales, transformando estes locais em parques voltados ao lazer da cidade.

Por uma cidade antirracista e em defesa dos direitos humanos

A igualdade racial é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade justa e democrática. Em um país marcado pela diversidade étnica e cultural, como o Brasil, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas para combater o racismo e promover a inclusão de pessoas negras e indígenas. Este plano de governo para São Gonçalo visa abordar essas questões no contexto da cidade, buscando promover a equidade e o respeito às diferenças.

São Gonçalo, um dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro, enfrenta desafios significativos em relação à garantia e promoção dos Direitos Humanos. A cidade apresenta índices preocupantes de violência, discriminação e desigualdade social. A população LGBTQIA+ sofre com a violência e a discriminação, enquanto comunidades religiosas enfrentam intolerância. Além disso, há uma carência de políticas públicas eficazes para atender pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo usuários de substâncias e pessoas em situação de rua.

A discriminação racial e a marginalização de comunidades negras e indígenas são questões persistentes.

- Selo de Escola Antirracista: possibilitar a visibilidade e reconhecimento das ações já desenvolvidas pelas escolas que mantêm práticas de combate ao racismo em seu cotidiano, promovendo uma educação plural e diversa, e transformando as escolas em territórios de igualdade;
- Criação de um comitê municipal para avaliar e certificar as escolas que implementam práticas antirracistas.
- Incentivo a projetos pedagógicos que incluam a história e a cultura das populações negras e indígenas.
- Formação continuada de professores sobre temas relacionados à diversidade e inclusão.

- Aplicação da Lei 10.639. É preciso garantir o cumprimento da Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.
- Monitoramento e fiscalização da implementação da lei nas escolas municipais.
- Parcerias com universidades e instituições culturais para a criação de materiais didáticos e realização de atividades formativas.
- Incentivo à inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura indígenas.
- Criação de legislação municipal que institua cotas para negros e indígenas nos concursos públicos;
- Criação de um programa de regularização de terreiros de religiões de matriz africana; garantir o respeito aos terreiros de umbanda e candomblé, que historicamente foram negligenciados e discriminados;
- Mapeamento dos terreiros existentes no município.
- Criação de um programa de assistência jurídica e técnica para a regularização dos terreiros.
- Promoção de campanhas de conscientização sobre a importância e o respeito às religiões de matriz africana;
- Criação do Museu da Umbanda para resgatar a história da anunciação da Umbanda em São Gonçalo e promover o turismo religioso no município, em parceria com historiadores, líderes religiosos e a comunidade local.
- Garantir a laicidade do Estado, em todas as suas instâncias e, em particular, na educação pública, a não ingerência das igrejas nas políticas públicas, a liberdade de crença e de não-crença e o pleno exercício dos direitos de todas as comunidades religiosas, assim como dos ateus e agnósticos, sem discriminação ou privilégios de qualquer tipo;

- Criação de uma Secretaria de Direitos Humanos - Instituir uma secretaria dedicada exclusivamente à promoção e defesa dos Direitos Humanos em São Gonçalo, que possa coordenar políticas públicas e ações integradas com outras secretarias para garantir a proteção e promoção dos direitos de todos os cidadãos;
- Desenvolver programas de educação e conscientização sobre Direitos Humanos.
- Defesa da Liberdade Religiosa: acompanhar e implementar políticas de defesa da liberdade religiosa no município.
- Reconstrução, ampliação e fortalecimento de um centro de referência LGBTQIA+, visando transformar o atual Centro de Referência LGBTQIA+ localizado no shopping em uma casa de acolhimento temporário para a comunidade LGBTQIA+ vítima de violência, oferecendo suporte psicológico, jurídico e social para vítimas de violência;
- Desenvolver programas de reintegração e apoio ao emprego para a comunidade LGBTQIA+;
- Implementar um calendário municipal de mutirões, realizado em parceria com as Defensorias Públicas Estaduais, que facilita a retificação de prenome e gênero para pessoas trans e travestis, além da retificação de prenome para pessoas não binárias.
- Criação de Banco de Alimentos para Ajuda Humanitária - criar um Banco de Alimentos destinado a fornecer assistência a pessoas em situação de hipervulnerabilidade e vítimas de emergências climáticas.
- Estabelecer parcerias com Fundações, organizações não-governamentais, órgãos públicos e a comunidade para arrecadação e distribuição de alimentos;
- Criação de cotas para pessoas transgênero nos concursos públicos municipais;
- Integração com os CAPS, Residências Terapêuticas e CENTRO POP - Integrar políticas de reintegração social e emprego comissionado para dependentes químicos em tratamento, assim como para pessoas em sofrimento psíquico e pessoas em situação de rua;

- Desenvolver programas de capacitação profissional e apoio ao emprego em parceria com CAPS Álcool e Drogas e CENTRO POP;
- Promover a reintegração dessas pessoas à sociedade por meio de políticas de inclusão social e econômica.

Saúde não é mercadoria

Abordar sobre saúde é de grande relevância, através dos atendimentos nos programas de saúde municipal, que são orientados pelo Ministério da Saúde, compõe o primeiro sistema de atendimento, nomeado Atenção Primária à Saúde (APS), que é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O direito à saúde está inserido em um amplo grupo de questões relacionando a saúde e o bem-estar, assim como os diferentes direitos humanos, interligados e dependentes entre si. A saúde não existe de forma isolada da vida das pessoas, da sociedade. Considerando todos os direitos humanos fundamentais, a relação com a saúde vai além da potencial redução da vulnerabilidade, em termos de problemas e fatores de risco. O direito à saúde também perpassa questões de violações de direitos, como a violência nas grandes cidades, casos de tortura, escravidão e violência de gênero, que podem causar danos à saúde. E, ainda mais importante, está diretamente relacionado ao desenvolvimento da saúde, no que diz respeito a outros direitos, como a participação social, o acesso à informação, a comunicação, que se tornam instrumentos e potencializam a democracia, o exercício da cidadania e a própria garantia desses direitos considerados fundamentais. (ICICT, 2018).

Na tentativa de uma cidade mais justa é importante garantir a autonomia do Conselho Municipal de Saúde, que é um órgão colegiado com representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, que formula estratégias e controle da execução da política de saúde, se faz necessário fomentar a participação popular através de fórum, ouvidoria, para avaliação dos serviços que são ofertados, dessa forma com possibilidade de adequação e reformulação das estratégias.

A forma que a prefeitura de São Gonçalo atual coordena as ações de saúde, não são diferentes das outras gestões, não há ações integradas e intersetoriais, tampouco transparência nos dados sobre a saúde, assim como tempo de espera para consultas, exames e procedimentos cirúrgicos, ou seja, não há interesse de fortalecimento de uma saúde pública gratuita e de qualidade, para quem mais precisa. Prova disso, desde 2016, entregou a administração do Pronto Socorro Central de São Gonçalo a uma Organização Social (OSs), atualmente administra mais duas unidades,

em março de 2024 foi alvo de investigação da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União (CGU) com objetivo de apurar desvios de 10 milhões em recursos públicos. A OSS subcontratava empresas ligadas aos secretários de saúde, o esquema se mantia através de contratação de médicos fantasmas e sem a devida cotação de preços, sem fiscalização dos serviços, o que indica pessoalidade na contratação e superfaturamento na prestação dos serviços, além de contratação de serviços de exames laboratoriais e análises clínicas, sem concorrência, com indícios de superfaturamento, segundo a CGU o superfaturamento era da ordem de R\$ 300 mil. Na estimativa dessa operação entre 2020 a 2024, foi desviado mais de 70 milhões, vale ressaltar que desvio de dinheiro público é menos recursos, menos atendimentos, sucateamento dos serviços, sobrecarga de trabalho, desvalorização dos profissionais da saúde, péssimos atendimentos, adoecimento pelo ambiente de trabalho, exames, internação prolongada. Entregar a administração dos serviços públicos de saúde as Organizações Sociais, vem se mostrando algo lucrativo com desvios de dinheiro público, mas também um projeto político de intimidar os trabalhadores para perpetuar o grupo político atual no poder.

Segundo dados do DATASUS, de janeiro a maio de 2024, São Gonçalo obteve 14.525 mil Autorização de Internação Hospitalar (AIH), para procedimentos hospitalares do SUS, porém, no município o sistema de regulação de exames e cirurgias, não há transparência, o usuário quando é inserido no sistema, não tem previsibilidade quando será atendido.¹⁶

Prioridades e compromissos:

- Defesa radical de um SUS público, gratuito, de qualidade para todos e todas, completamente estatal, pondo fim aos contratos com entes privados na gestão indireta de serviços públicos, por meio de programa de transição que não reduza a assistência ao povo;
- Transparência no Sistema de Regulação de Exames e Procedimentos.

¹⁶ REFERÊNCIAS: Direito fundamental à saúde: condição para dignidade humana | ICICT | Fiocruz

- Rever os contratos das Organizações Sociais e prestadores de serviços.
- Promoção ampliada das conferências municipais de Saúde e de Saúde Mental, ampliando a participação da sociedade civil nos conselhos municipais;
- Abertura de Concurso Público.
- Rever retirada de direitos dos servidores públicos.
- Cumprir o piso nacional dos trabalhadores da Enfermagem.
- Dialogar com os trabalhadores Agentes Comunitário de Saúde
- Retomar e efetivar o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).
- Fortalecer o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).
- Instituir o Programa Saúde na Escola (PSE)
- Fortalecer os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
- Ampliar equipe do programa Consultório na Rua.
- Realizar ações de saúde bucal nas escolas
- Implementar uma linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa.
- Implementar uma linha de cuidado na primeira infância.
- Fortalecer rede de apoio a pacientes e familiares de pessoa com Autismo pelo Sistema Único de Saúde.
- Implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria nº 992, 13 de maio de 2009).
- Implementar a Política de Saúde LGBTQIAPN+ (Portaria nº 2.836 1 de dezembro de 2011).
- Acompanhamento de intérprete ou tradutor da língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para pacientes surdos ou mudos durante todo atendimento nos serviços de saúde.

- Incorporar profissionais de saúde capacitado para serem intérprete ou tradutor de LIBRAS.
- Ampliar o atendimento especializado às mulheres na cidade;
- Ampliar as equipes de médicos e especialistas na cidade, cadastrando o município em programas nacionais como mais médicos e TeleSaude.;
- Implementar Prontuário Eletrônico nos atendimentos da Atenção Primária a Saúde.
- Ampliação da política de diagnóstico para Hipertensão, Diabetes (Dia D).
- Ampliação da política de conscientização e informação sobre o Sedentarismo.
- Ampliação da conscientização e informação sobre uso de tabaco/álcool e outras drogas.
- Ampliação da política de vacinação.
- Ampliação da política pública voltada para alimentação adequada e saudável;
- Incentivar as Campanhas de saúde de cada mês: Janeiro Branco: Promoção da Saúde Mental, Fevereiro Roxo: Fibromialgia, Endometriose e Alzheimer. Março Azul Marinho: Prevenção do Câncer Colorretal. Abril Verde/Azul; Segurança no Trabalho e Conscientização do Autismo. Maio Amarelo: Conscientização sobre o Trânsito. Junho Vermelho Doação de Sangue. Julho Amarelo: Hepatites. Agosto Dourado: Amamentação. Setembro Amarelo; Prevenção do Suicídio. Outubro Rosa: Prevenção ao Câncer de Mama. Novembro Azul: Saúde Masculina e Câncer de Próstata. Dezembro Vermelho e Laranja: Luta contra HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Cancer de Pele.
- Realizar ações intersetoriais em cooperação de outras secretarias (Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Assistência Social, Cultura).
- Realizar debates de saúde com grupos específicos com através dos movimentos (Negro, mulheres, LGBTQIAP+, Autista, Pessoas com Deficiências, entre outros).

Cultura, esporte e lazer

A cultura ajuda a moldar a identidade de indivíduos e comunidades. Ela fornece um senso de pertencimento e continuidade histórica, permitindo que as pessoas se conectem com suas raízes e tradições. Essa conexão fortalece a inclusão social, promovendo a unidade e a compreensão entre diferentes grupos dentro da sociedade. Em São Gonçalo os que produzem cultura apenas resistem, mas existem, e são muitos! Sempre pouco assistidos pelo poder público municipal, que sempre que vem uma verba federal, dá um jeito de negligenciar mais um pouco a arte, a cultura, que pulsa, nas veias dos gonçalenses.

Entender o tema da cultura nos dias de hoje, especialmente no Brasil, e em São Gonçalo é perceber como ela está presente em quase tudo que fazemos. A cultura é o jeito que falamos, as músicas que ouvimos, as festas que celebramos e até as comidas que comemos. No Brasil, um país tão diverso, a cultura é um reflexo dessa mistura de povos e tradições. A cultura também é influenciada pela tecnologia e pelas redes sociais. Hoje, podemos acessar músicas, filmes e livros de qualquer parte do mundo com um clique. Isso enriquece nossa experiência cultural, mas também traz desafios, como a valorização da cultura local frente ao que vem de fora.

De São Gonçalo saíram diversos artistas famosos, cantores, jogadores e advinha? Quase todos sem nenhuma ajuda do poder público municipal, na cidade existem várias manifestações culturais que se auto organizam e são invisíveis para a prefeitura. A cada ano que passa, se investe menos, na cultura na nossa cidade, no ano de 2023, foram investidos apenas 5 milhões, e no 2024, apenas 1 milhão e 700 mil reais, ou seja cada ano se investe menos em cultura na cidade. Por isso a importância que amplie o debate da cultura na cidade, além de São Gonçalo ser uma fábrica de artistas desassistidos pelo poder público, ainda somos a 16ª maior cidade do Brasil, com uma riqueza cultural mal valorizada, e que merece ser pensada junto a todos os artistas, atrizes, atores, cantores, funkeiros, rappers, mc's, artesãos, músicos dessa cidade. Uma cidade que se pensa em cultura é aquela que integra a cultura em todos os aspectos da vida urbana. Isso inclui a criação de espaços culturais acessíveis, como teatros, bibliotecas, museus e centros comunitários, que promovem a diversidade e a inclusão. Além disso, a educação artística é valorizada desde a infância, com programas escolares e cursos de formação contínua para artistas e gestores

culturais. Eventos culturais regulares, como festivais e feiras, investir na preservação do patrimônio histórico e cultural, tanto material quanto imaterial, reconhecendo a importância da memória e da identidade cultural. Políticas públicas robustas e parcerias com o setor privado e ONGs garantem o financiamento e o apoio necessários para projetos culturais. A comunicação eficaz através das mídias sociais e tradicionais assegura que todas as pessoas tenham acesso às atividades culturais, promovendo um ambiente vibrante e inclusivo que enriquece a vida de seus cidadãos, garantindo que todas as vozes e tradições estejam representadas. promover políticas públicas que incentivam a participação cultural de todas as comunidades, com especial atenção para grupos historicamente marginalizados. A criação de programas de financiamento e subsídios para artistas locais, bem como a realização de editais públicos, assegura que a produção cultural seja democratizada e acessível a todos. São Gonçalo precisa pensar assim!

Preocupar-se com o tema da cultura é essencial para a construção de uma cidade justa e igualitária. A cultura não se limita apenas às manifestações artísticas e folclóricas, mas é a identidade de uma comunidade, refletindo suas tradições, valores e história. Ao valorizar e promover a diversidade cultural, uma cidade abre espaço para que todos os seus habitantes se sintam representados e respeitados, promovendo um ambiente de inclusão e tolerância.

Além disso, a cultura desempenha um papel crucial no acesso à educação e no desenvolvimento humano. Incentivar a participação em atividades culturais não apenas enriquece o repertório individual, mas também contribui para o desenvolvimento social e emocional dos cidadãos. Em uma cidade onde todos têm acesso igualitário à cultura, há uma maior coesão social e uma menor propensão à marginalização e exclusão.

Por fim, a cultura pode ser um motor econômico significativo. Investimentos em iniciativas culturais não apenas estimulam a criação de empregos e o crescimento do setor criativo, mas também atraem turistas e investidores, impulsionando a economia local de maneira sustentável. Assim, integrar a cultura como elemento central das políticas públicas é fundamental para garantir uma cidade que seja verdadeiramente justa, inclusiva e próspera para todos os seus cidadãos.

A gestão atual da prefeitura de São Gonçalo demonstra um preocupante desinvestimento na cultura, como evidenciado pelos cortes orçamentários significativos nos anos recentes. Em 2023, apenas 5.275.300 foram alocados para a cultura, reduzindo ainda mais para 1.725.130 em 2024. Além disso, o edital da Lei Paulo Gustavo revelou irregularidades, como a contratação de uma empresa suspeita para gerenciar o processo, resultando na aprovação de projetos de artistas pouco conhecidos, deixando de fora muitos talentos ativos na cidade.

Os governos anteriores também falharam em priorizar a cultura em São Gonçalo. Sob a administração da prefeita Panisset, a transformação de uma praça popular entre skatistas em um espaço religioso evangélico exemplifica essa negligência. A percepção popular reflete a falta de infraestrutura cultural adequada para uma cidade de quase 1 milhão de habitantes. Os cidadãos frequentemente buscam experiências culturais em municípios vizinhos, devido à escassez de locais para eventos culturais na cidade, incluindo as lonas culturais que se encontram em estado degradado.

Em suma, São Gonçalo enfrenta um desafio significativo na promoção e valorização da cultura local. A ausência de investimentos adequados, a má gestão de recursos e a falta de infraestrutura cultural são questões cruciais que precisam ser urgentemente endereçadas para transformar a cidade em um centro cultural vibrante e acessível para todos os seus residentes.

Prioridades e Compromissos:

1. Rodas Culturais: todas as rodas culturais em São Gonçalo sejam reconhecidas como patrimônios imateriais do município, mediante um levantamento abrangente que identifique suas características e história, envolvendo consultas públicas. Isso seria respaldado por uma legislação municipal específica que estabeleça critérios claros para registro, proteção e promoção dessas práticas culturais, garantindo apoio financeiro, técnico e estrutural aos grupos envolvidos.

2. Reestruturação Orçamentária e Transparência: Estabelecer um aumento progressivo no investimento cultural, visando alcançar um patamar condizente com o tamanho e a diversidade da cidade. Implementar mecanismos de transparência e participação popular na alocação e gestão desses recursos para evitar irregularidades como as observadas no edital da Lei Paulo Gustavo.

3. Recuperação e Ampliação de Espaços Culturais: Priorizar a recuperação das lonas culturais existentes, garantindo condições adequadas para eventos e atividades culturais. Além disso, promover a criação de novos espaços culturais adaptados às necessidades da comunidade, como teatros, centros culturais e galerias de arte, distribuídos estrategicamente por diferentes regiões da cidade.

4. Fomento à Produção Cultural Local: Criar programas de incentivo e capacitação para artistas e produtores culturais locais, garantindo que todos os segmentos da cultura sejam representados e apoiados. Implementar critérios transparentes e justos nos editais de fomento cultural, assegurando que projetos de alta qualidade e relevância para a comunidade sejam selecionados.

5. Educação e Acesso à Cultura: Integrar programas culturais na educação básica e incentivar a formação artística desde cedo. Estabelecer parcerias com instituições educacionais e culturais para oferecer cursos, oficinas e atividades que promovam o acesso democrático à cultura para todas as faixas etárias e grupos sociais.

6. Preservação do Patrimônio Cultural: Implementar políticas eficazes de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural de São Gonçalo, protegendo monumentos, sítios arqueológicos e manifestações culturais tradicionais. Incentivar o turismo cultural como uma fonte de desenvolvimento econômico sustentável, valorizando a identidade local.

7. Criação de quadras poliesportivas na cidade, com preservação e contribuição da comunidade na sua distribuição e cuidado, atraindo a juventude para a prática esportiva;

8. Ampliação do Programa Auxílio Atleta Gonçalense, que sofre com falta de verbas e pouco incentivo aos atletas na cidade.

Em defesa e pela proteção dos animais

A Proteção Animal é uma pauta que cresce a cada dia, seja através de números (pessoas interessadas pelo tema) ou pela sua importância na saúde e no meio ambiente. A importância desse tema se dá principalmente no sentido de controle e combate a zoonoses (doenças que os animais podem transmitir ao ser humano), mas também no avanço da ciência e do Direito, que já reconhecem os animais como seres sencientes¹⁷, portanto com seus direitos reconhecidos, além da quantidade de famílias, hoje consideradas multiespécies.

São Gonçalo, por ser uma cidade em que a população possui um poder aquisitivo baixo, depende muito de ações propositivas do Poder Público, no que se refere ao controle populacional dos animais, atendimento veterinário gratuito e o controle dos animais que vagam pelas ruas, correndo o risco de gerar acidentes graves, onde sofrem os próprios animais, mas também os seres humanos.

A forma como São Gonçalo trata a Pauta Animal beira a irresponsabilidade. Recentemente, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a eutanásia de cavalos que “supostamente” não teriam como ser salvos, num processo totalmente antidemocrático que beira a crueldade. Não há um planejamento adequado para o assunto, o pouco avanço obtido pela luta incansável dos Protetores de Animais Independentes do município, foi perdido durante a gestão atual, que apesar das promessas de campanha, feitas em 2020, se limitou a proporcionar um pequeno aumento na quantidade de castrações oferecidas pelos Centros de Atendimento Veterinário Municipal, mesmo assim com grandes ressalvas a qualidade dos procedimentos.

Os dos maiores avanços obtidos por São Gonçalo, no que se refere a Pauta Animal, o Conselho Municipal de Proteção Animal e a Lei Municipal de Proteção Animal (de 2012), hoje não

¹⁷ A senciência é a capacidade de sentir. Isso inclui estados e emoções positivos e negativos que são bastante complexos, como mágoa, empatia, medo, prazer e alegria. A senciência animal está na essência de uma concepção da proteção animal que entende o ser animal como portador de direitos. Nota do Editor.

funcionam. A Lei nunca foi regulamentada e o Conselho foi desmobilizado pela atual gestão municipal.

Desta forma, este eixo pretende discutir os avanços necessários para que a população tenha o risco de contrair zoonoses diminuído de forma considerável, os animais tenham seus direitos respeitados e os protetores independentes deixem de fazer, pelo menos em parte, as obrigações que são de responsabilidade do Poder Público.

Propostas:

- Criação de um Hospital Público Veterinário, com atendimentos de média e alta complexidade;
- Ampliação do serviço de castração, com a utilização de castramóvel, atendendo assim aqueles que moram mais afastados ou que tenham dificuldades para transportar seus animais até os Centros de Atendimento Veterinário;
- Criação de um banco de dados dos animais que sejam castrados ou atendidos nas unidades municipais, com a utilização de microchip, isso visa auxiliar na identificação de animais perdidos para sua posterior devolução aos tutores, mas também rastrear a origem de animais abandonados, diminuindo essa pratica covarde;
- Campanhas de conscientização sobre maus tratos aos animais na rede municipal de ensino;
- Criação ou realização de um convênio com curral de apreensão, para o recolhimento de animais de grande porte que estejam vagando nas ruas (equinos, suínos, etc...);
- Utilização do protocolo de CED (Captura, esterilização e devolução), de forma obrigatória, quando se tratar da castração de animais de colônias ou comunitários;
- Realizar o cadastro dos Protetores Independentes do Município, com a realização de um convênio, onde os protetores possam receber a visita periódica de veterinários da prefeitura, para os animais sob sua tutela, com o objetivo de serem vacinados e receberem pequenos atendimentos, que por ventura sejam necessários;

- Imediata reativação do Conselho Municipal de Proteção Animal, com a presidência do mesmo sendo exercida pela sociedade civil;
- Treinar e equipar o Grupamento Ambiental da Guarda Municipal para realizar resgates e capturar de animais domésticos ou de produção que estejam em situação de risco;
- Treinar e equipar a Defesa Civil Municipal para o resgate de animais em situações de desastres.

Por uma cidade das mulheres

De acordo com o censo demográfico de 2022 do IBGE, a população total do município de São Gonçalo que se encontra no estado do Rio de Janeiro é de 896.744 habitantes e destas aproximadamente 52,2% são mulheres. Somos maioria e as reivindicações e mobilizações dos movimentos feministas nos últimos anos e de toda nossa história é a prova que não existe projeto de futuro e de transformação social se as mulheres não estão incluídas.

Recentemente, pelo levante das mulheres pelo Fora Bolsonaro foi possível tirar a extrema direita da presidência e num ataque covarde ao direito aos nossos corpos com a PL 1904 vimos nas ruas a potência da luta feminina. Nossas demandas atravessam todos os temas importantes em nossa sociedade, falar de direito da mulher é falar do cuidado com os seus. Num país estruturalmente racista e misógino, a extrema direita e seus aliados viram espaço para aprofundar os ataques aos nossos direitos e as mulheres mais atingidas têm cor e classe marginalizada pela sociedade.

Seguir na construção de uma sociedade onde nossos direitos não sejam violados por aqueles que deveriam pensar em garanti-los é fundamental para nosso país e dentro do nosso município. É urgente que o estado fortaleça as ferramentas que assegurem nossos direitos como o caso da delegacia de atendimento à mulher (DEAM), um projeto importante, mas que pela falta de prioridade das autoridades nem sempre é composto por profissionais qualificados.

Ter uma formação e qualificar o atendimento às vítimas de qualquer tipo de violência de gênero, garantindo assim o acolhimento e o andamento do caso são fundamentais para que nossas meninas e mulheres tenham confiança que as autoridades irão agir para protegê-las de verdade e não utilizando de suas dores de forma oportunista. A garantia de suporte psicológico para mulheres vítimas de violência é fundamental para ajudá-las a superar o trauma e reconstruir suas vidas.

Este suporte pode incluir aconselhamento, terapia individual e/ou em grupo, terapias alternativas além de recursos e programas específicos oferecidos por instituições governamentais

e organizações não governamentais. Porém, numa cidade onde a locomoção segue sendo um grande problema, cabe aos que são eleitos para nos representar fazer com que o atendimento chegue a essas mulheres em situação de vulnerabilidade em todos os espaços de nossa cidade. A empregabilidade feminina é um tema essencial para a igualdade de gênero, pensar formações profissionais para mulheres voltadas para o mercado de trabalho é pensar numa cidade onde nós mulheres possamos através de ações institucionais ampliar nosso repertório e qualificação, ter acesso a novas oportunidades promovendo independência econômica para aquelas que muitas vezes estão sozinhas lutando por justiça social e contribuindo para o desenvolvimento econômico.

É importante ressaltar que quando pensamos em formação profissional, não estamos nos limitando às profissões que no senso comum são “coisas de mulher”, queremos educação continua para mulheres, incluindo treinamento em habilidades técnicas e de liderança. Outro tema que nos atravessa que é de extrema importância em nossa caminhada é o debate sobre justiça reprodutiva, é nosso direito ter poder, autonomia e controle sobre nossos corpos e nossas decisões reprodutivas. Na área da saúde devemos estar atentas para que os exames básicos estejam sempre disponíveis como por exemplo: preventivos, métodos contraceptivos, mamografias dentre outros que podem ajudar mulheres periféricas aos cuidados de auto prevenção de doenças e de saúde da mulher.

A **saúde da mulher negra** também deve ser priorizada tendo em vista que 80% das mulheres negras são acometidas de doenças como hipertensão, diabetes mellitus e ataques cardíacos então deve ser priorizado a prevenção dessas doenças através da educação dando palestras e disponibilizando o tratamento correto e acesso ao medicamento. a mulher que tem filhos com necessidades especiais é esquecida à margem da sociedade, essa mulher precisa e deve ser cuidada pois ela além de cuidar de seus filhos tem cargas de trabalho extremamente desgastante, que mexe com sua saúde mental, devemos priorizar atendimento para a saúde dessa mulher como atendimento psicológico, atendimento ginecológico, acompanhamento médico e afins.

Enfim, todos os recursos que possa contribuir para o bem-estar dessa mulher que não é tão vista e lembrada na sociedade. a mulher dependente química também está desamparada na sociedade, passando como invisível devemos ter esse olhar e acolher dando abrigo, alimentação

e assistência psicológica para que seja acolhida e de forma mais sensível. Falar sobre direito da mulher é muito mais amplo e complexo, mas fica aqui um pouquinho da nossa síntese de tudo que queremos fazer e contribuir na nossa cidade amada São Gonçalo.

Propostas:

- Criar cursos para mulheres, periodicamente, com psicólogos, pedagogos, assistentes social para os profissionais do DEAM com o intuito de capacitá-los.
- Oferecer cursos técnicos e itinerantes para o público feminino para melhor acesso a melhores trabalhos (gastronomia, trancista, empreendedorismo, panificação, confeitaria, esteticista entre outros).
- Políticas estratégicas de saúde para mulher, com filas prioritárias para exames como preventivo, mamografia, exames de tireoide entre outros. Distribuição de absorvente, anticoncepcional, cartilhas informativas com dicas e cuidados para a saúde feminina.
- Ampliação da rede assistência e apoio à mulheres vítimas de violência doméstica;
- Construção de abrigos e assistência para mulheres vítimas de violência doméstica;
- Programa de acolhimento a mulheres vítimas de violência "Nós estamos Juntas" - rede de atendimento psicológico, assistência social e empregabilidade.
- Políticas estratégicas de assistência a mães de crianças especiais, como assistência social, psicólogo, médicos, cursos, benefícios e auxílios, tudo isso voltado para melhorar a vida da mãe e da criança, assistência social, saúde e educação unidos para recuperar a mulher dependente química e mulheres que sofrem com a violência doméstica;
- Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais, mulheres ciganas, mulheres com deficiência e inserção no mercado de trabalho das mulheres em regime semiaberto e egressas do sistema prisional.

- Criação de uma Casa de Acolhimento Temporário para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar - Oferecer acolhimento temporário e suporte psicológico, jurídico e social para mulheres em situação de violência.
- Criação de um Comitê de Combate à Violência Obstétrica - Estabelecer um comitê de combate à violência obstétrica de acordo com as orientações da OMS e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.
- Monitorar e avaliar práticas obstétricas nos serviços de saúde do município.
- Promover capacitações para profissionais de saúde sobre boas práticas obstétricas e direitos das gestantes.
- Oferecer suporte e canais de denúncia para mulheres que sofreram violência obstétrica.

Turismo

O turismo é uma atividade econômica responsável pela geração de empregos e pelo intenso dinamismo do setor terciário, uma vez que movimenta uma série de serviços como transporte, alimentação e hospedagem. As paisagens naturais e a diversidade cultural são os principais atrativos turísticos do Brasil, embora problemas estruturais e infra estruturais tornem o desenvolvimento do setor mais lento.

O turismo proporciona ganhos socioculturais, uma vez que possibilita um intercâmbio de pessoas de diferentes origens, níveis sociais, econômicos e culturais.

A atividade turística, além de atuar na circulação de bens e serviços, contribui com a qualidade de vida dos moradores das regiões, afinal, há um maior investimento em infraestrutura e oferta de empregos, como os guias turísticos, trabalhadores de hotéis e demais empregos diretos e indiretos.

São Gonçalo já teve considerável relevância no setor econômico do estado, chegando ao patamar de maior polo industrial Fluminense, porém, com o esvaziamento industrial, atualmente se encontra em dificuldades. Sendo assim, a cidade se tornou um local marginalizado pelo poder público, desvalorizada pelos próprios moradores e pelos municípios vizinhos.

A cidade e seus moradores sempre recorrem a outros locais para passar seus momentos de lazer e movimentar a economia de outros locais, deixando de contribuir com o desenvolvimento da sua própria região, muita das vezes por desconhecer os aspectos turísticos que São Gonçalo possui, como as belezas naturais ignoradas e sua história que vem sendo cada vez mais deixada para trás. Para tanto é expressamente necessário o resgate da história de nossa cidade, mostrando, com isso, que o turismo pode ser uma ferramenta de estímulo ao comércio e de aquecimento da economia.

São Gonçalo possui diversos atrativos que podem ser voltados ao turismo, sendo eles culturais, patrimoniais e naturais, como as praias de São João, Praia da Luz, Praia das Pedrinhas, Praia da Beira, Ilha das Flores, Ilha de Jurubaíba, Ilha de Itaoca, Ilha do Tavares, Ilha das Flores, Ilha de Jurubaíba e Ilha de Itaoca. Podemos destacar também, como integrante das belezas naturais da

cidade as Grutas de Santa Isabel, Alto do Gaia, as APAs de Guapimirim e do Engenho Pequeno, e pontuamos também os patrimônios históricos, tais como a Igreja da Matriz de São Gonçalo de Amarante, Capela Nossa Senhora da Luz, Fazenda Engenho Novo, Fazenda Colubandê e Fazenda Santa Edwiges, e atrativos culturais como o Museu do Imigrante, Casa das Artes Vila Real, Praça dos Ex-Combatentes e Centro Cultural Joaquim Lavoura, este último sequestrado pela atual gestão para ser utilizado como abrigo de secretarias e burocracias da prefeitura, que fora desapropriada para reformas, e teve seus órgãos pulverizados por prédios e shoppings da cidade.

São Gonçalo tem muito o que desenvolver na questão do turismo. Tendo em vista a conjuntura apresentada, a prefeitura deve fomentar a criação de parcerias e envolvimento da sociedade para se criar dispositivos que desenvolvam essa capacidade. Para tanto, apresentamos as propostas abaixo:

- Devolução imediata do Centro Cultural Joaquim Lavoura com os devidos fins de sua criação para sociedade gonçalense.
- Incentivo e desenvolvimento de eventos em lonas culturais da cidade.
- Desenvolver estudo para devolução da Biblioteca Municipal para o espaço anteriormente ocupado no Centro Cultural Joaquim Lavoura.
- Buscar incentivos fiscais para apresentar à sociedade gonçalense exposições de artes e lançamentos culturais da Casa das Artes Vila Real;
- Criar Roteiros de visitação aos atrativos patrimoniais da cidade, com visitas guiadas pelas Fazendas históricas de São Gonçalo, além de praças como a dos Ex-Combatentes com o intuito de resgatar a história de São Gonçalo para além das fronteiras de nossa cidade.
- Abrir diálogo com a sociedade gonçalense para instituir o turismo religioso em São Gonçalo, visando o incentivo e divulgação de grandes eventos religiosos como a Marcha para Jesus, Tapete de Corpus Christi, Presente de Iemanjá, além da visitação guiada de templos históricos como a Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante, Capela Nossa Senhora da Luz e Capela de Sant’Ana.

- Iniciar estudos de viabilização da criação do Museu da Umbanda, visto que essa religião foi fundada em território gonçalense através de anunciação no Bairro Neves, em 1908, tendo sua história enraizada e atrelada à do município de São Gonçalo.
- Incentivo, organização e divulgação dos principais Polos Gastronômicos de São Gonçalo como o situado na Praça da Trindade, na Praia das Pedrinhas e na região denominada de “Baixo Alcântara” situado nas proximidades do Bairro Mutondo.
- Criação e divulgação de um roteiro de visita guiada pela Prefeitura de São Gonçalo à Caverna de Santa Isabel, que conta com 22 grutas com mais de dez mil metros quadrados de extensão, algumas delas submersas, propensas à prática de mergulho.
- Criação e divulgação da visitação guiada pela Prefeitura, do Alto do Gaia, ponto mais alto do município, com mais de 500 metros de altura, possui trilhas que podem ser exploradas.
- Apoiar através de editais públicos as manifestações artísticas de nosso município;
- Estímulo a cultura independente, como rodas de rap, cineclubes, grupos de skatistas, poetas, etc.;
- Criação de uma empresa municipal de Cinema;
- Eleição do secretário municipal de cultura em conferência composta pelos artistas locais, produtores culturais e a população;
- Contra a discriminação a qualquer forma de manifestação artística no município;
- Meia-entrada em eventos culturais para estudantes, para profissionais de educação e Servidores Públicos em geral;
- Incentivo e valorização das rodas de capoeira presentes no município, compreendendo a sua importância esportiva e cultural;

- Criação de circuito cultural de obras arquitetônicas, visando estimular o turismo em nosso município (Fazenda Columbande, Fazenda Santa Edivirges e outros);
- Construção de um dia e/ou semana de valorização da capoeira, como expressão artística, cultural e esportiva do nosso povo;
- Criação de um circuito ambiental, visando estimular o turismo em nosso município, em locais como a Ilha de Itaoca, as Grutas de Santa Izabel, o Maciço de Itaúna, a Serra de Itaúna e a APA de Guapimirim;
- Garantir a preservação e o tombamento de prédios e casas antigas do município como patrimônio histórico da cidade.
- Valorização do litoral do município, como Praia da Luz, Praia da Beira, Praia das Pedrinhas e dos manguezais, verdadeiros berçários de vida;
- Estruturar a visitação as ilhas do nosso entorno, como Jurubaíba, Itaóca e Ilha do Sol, morada de Luz del Fuego, introdutora do naturismo no Brasil;
- Incentivar o turismo religioso, temos o maior tapete de sal da América Latina, somos a cidade de onde surgiu a Umbanda, possuímos várias igrejas centenárias;

Trabalho, Emprego e Renda

Como foi dito na introdução a este documento, São Gonçalo já foi considerada uma das cidades mais industriais do Estado. Tivemos uma perda brutal de empresas, fábricas e iniciativas comerciais e será preciso muito trabalho para retomar estes grupos. Uma das formas é promovendo isenções fiscais e tributárias para que empresas se fixem na região. Queremos trazer trabalho de qualidade e com estabilidade para a nossa cidade. Outro ponto é a regularização dos trabalhadores informais na cidade, oferecendo dignidade e segurança, sem perseguição, violência e falta de respeito. Entendemos que todos os trabalhadores merecem respeito.

Precisamos ficar nos potenciais econômicos da cidade: roteiros turísticos, turismo religioso, construção de um mercado municipal, incentivo à organização dos catadores de resíduos, apoio ao trabalhador ambulante, cadastramento da cidade de São Gonçalo nos programas nacionais de Emprego e Renda, além da criação de programas próprios como o “Meu Primeiro Emprego – Jovem Preto Vivo”.

Consideramos a oportunidade de trabalho aos jovens, somado ao incentivo à cultura, esporte educação, como caminhos seguros e eficientes para combater a marginalização e criminalidades que amedrontam a nossa cidade. Sem oportunidades a nossa juventude fica lançada nas mãos da violência e são cooptadas pelo tráfico, milícia e seus derivados mafiosos e criminosos. Um governo popular deve desenvolver políticas que favoreçam a democratização da cidade também na área econômica. Embora os instrumentos de indução econômica fundamentais não estejam sob a esfera do município, cabe às cidades um importante papel na criação de um ambiente econômico saudável e democrático, voltado ao apoio a determinadas atividades, investimentos e geração de emprego e renda.

- Construção do Mercado Público Municipal de São Gonçalo. A construção e inauguração de um mercado municipal em São Gonçalo será uma ação estratégica da Prefeitura que

para além de estimular a economia local, servirá como fonte de geração de emprego, trabalho e renda para a população, criando postos de trabalho diretos durante a fase de construção, bem como proporcionará vagas para vendedores, fornecedores, pequenos produtores e trabalhadores gerais.

- Construção de Feiras públicas, apoiadas diretamente pela prefeitura, com incentivo aos feirantes e fiscalização de produtos de origem ilícita;
- Criar estratégias de **economia solidária** no município, estimulando o microcrédito, as cooperativas de consumo, os bancos populares e as moedas sociais, para fortalecer e fomentar programas de renda básica. Queremos que a população mais pobre e de baixa renda tenha seu acesso a bens de consumo garantido;
- Criar o **Programa São Gonçalo Amigo do Trabalhador Ambulante**. Tal programa visa regularizar de forma definitiva o comércio informal ambulante com cadastramento e credenciamento fácil e rápido; facilitação do acesso ao transporte público; desburocratização do processo de regularização; criação de espaços da prefeitura que sirvam de suporte para estocagem de materiais; ampliação da rede de fiscais itinerantes; facilitação de acesso direitos básicos ao trabalhador ambulante, como educação e assistência social;
- Estabelecer uma revisão e um novo planejamento urbano para estabelecimento de um programa de isenções fiscais que contribua para que as empresas migrem para a cidade de São Gonçalo, sobretudo nos ramos que historicamente são mais produtivos e dialogando com o potencial econômico e turístico da cidade;
- Estabelecer parceria com a UERJ/FFP e UFF para levantamento de dados e para o desenvolvimento de projetos sobre a cidade de São Gonçalo que possam servir de base e amparar a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao desemprego e às dificuldades estruturais e conjunturais relativas a trabalho e emprego, orientando as pesquisas pelas demandas dos conselhos de bairros;
- Respeitar e regularizar os trailers da cidade, perseguidos pela atual gestão do Capitão Nelson e pelo governo de Aparecida Panisset.